PLANO ESTRATÉGICO PARA RECOLHA DE INFORMAÇÃO SOBRE O ESTADO SANITÁRIO DAS FLORESTAS EM PORTUGAL CONTINENTAL



FICHA TÉCNICA

Edição: Direcção Geral dos Recursos Florestais

Av. João Crisóstomo 28, 1069-040 Lisboa Tel.: + 351213124800 Fax: + 351213124989

E-mail: info@dgrf.min-agricultura.pt
URL: http://www.dgrf.min-agricultura.pt

Editores: Edmundo Manuel R. SOUSA (EFN)

Maria da Conceição BARROS (DGRF) Francisco Jacinto LOPES (DGRF/CFS)

Autores do texto: Edmundo Manuel R. Sousa (EFN)

Maria de Lurdes Inácio (EFN)

Maria de Fátima Achando Moniz (EFN) Maria da Conceição Barros (DGRF) Maria Filomena Mateus (DGRF) Maria Natércia Sousa Santos (EFN)

Luís Filipe Bonifácio (EFN) Pedro Miguel Naves (EFN)

José A. Pinheiro Marcelino (EFN) José Manuel Rodrigues (DGRF)

Revisão: Rute Pereira (DGRF)

ISBN:

Depósito legal:

Tiragem:

Lisboa, Outubro 2007

Agradecimentos A Ana Paula Ramos, do Instituto Superior de Agronomia, pelas

sugestões e pela ajuda concedida na revisão científica desta

publicação.

ÍNDICE

Prefácio	7
1. Introdução	9
2. Objectivos	10
3. Considerações gerais sobre a identificação de um problema fitossanitário	11
3.1. Os principais factores de desequilíbrio	13
3.1.1. Os factores abióticos	13
3.1.2. Os factores bióticos	14
3.2. O diagnóstico de uma situação	15
3.2.1. Sintomas associados a factores abióticos	15
3.2.2. Sintomas e indícios associados a pragas e doenças	18
3.3. Avaliação do impacte dos factores bióticos	19
3.3.1. Impacte ao nível da árvore	19
3.3.2 impacte ao nível do povoamento	20
4. A tomada de decisão perante a acção de factores bióticos	23
A implementação da prospecção de agentes bióticos a nível nacional	24
5.1. A rede de parcelas de amostragem	25
5.1.1. Métodos para a instalação de parcelas de caracterização global	26
5.1.2. Métodos para o estabelecimento de percursos de diagnóstico	27
5.1.2.1. Percurso tipo A - povoamento de densidade igual ou superior a 200 árv/ha	27
5.1.2.2. Percurso tipo B - povoamentos de densidade inferior a 200 árv/ha	28
5.1.2.3. Percurso tipo C - plantações muito jovens	29
5.1.3. A metodologia para o estabelecimento de percursos adicionais	29
5.2. A avaliação da intensidade dos danos	31
5.3. Recolha de amostras para análise e seu acondicionamento	32
5.4. Épocas e periodicidade dos inventários	33
5.5. As equipas de campo	34
5.6. Controlo de qualidade dos dados de campo	35
Anexo I	37
Anexo II	55
Anexo III.	79
Anexo IIIa	
Anexo III.b	
Anexo III.c	95

PREFÁCIO

Esta publicação, que uma equipa pluridisciplinar e inter-institucional em boa hora levou a cabo, vem colmatar uma lacuna que há muito se fazia sentir, tornando disponível de uma forma sintética o relevante conhecimento existente em Portugal relativo à Protecção Florestal. De facto, mau grado a volumosa e interessante bibliografia portuguesa sobre esta matéria, desde as publicações mais antigas às mais recentes, não tenho conhecimento de que nenhuma delas tenha o carácter inovador e integrador que esta tem.

Com efeito, é hoje consensual o reconhecimento de que os problemas de sanidade das principais essências florestais não podem ser encarados apenas numa perspectiva regional ou nacional mas também a nível internacional, nomeadamente considerando os países comunitários e os de toda a bacia mediterrânica muitas vezes com grande similitude de situações.

Para além do interesse referido é de realçar que esta publicação constitui um interessantíssimo exemplo de como da cooperação entre técnicos e investigadores da mesma área, mas com diferentes valências, resulta uma mais-valia. De facto, para além das competências individuais, que queremos com a maior justiça e satisfação acentuar, a equipa que se formou para realizar este trabalho demonstra as vantagens da Protecção Florestal ser hoje encarada numa perspectiva integrada e interdisciplinar. A formação base dos vários componentes desta equipa (silvicultores, agrónomos, biólogos, geógrafos) foi de facto, quanto a mim, decisiva para o enriquecimento da abordagem através de diferentes olhares.

Passando agora para a organização da publicação, é de referir que ele apresenta uma visão muito actualizada dos problemas da Protecção Florestal como se percebe logo na sua introdução.

O texto é acessível não só aos especialistas em Protecção Florestal mas a todos os técnicos que beneficiam assim de um conhecimento básico desta matéria pois o livro contém uma síntese muito bem sistematizada dos principais agentes bióticos e abióticos identificados na floresta portuguesa e respectiva sintomatologia, bem como o seu impacto nas árvores e nos povoamentos.

Analisadas as bases teóricas para a tomada de decisão de como se deve actuar na gestão das pragas e das doenças florestais, segue-se uma descrição muito pormenorizada das bases da prospecção dos agentes bióticos e abióticos a nível nacional, sempre feita com muito rigor, a qual inclui a descrição de todos os elementos essenciais para que os resultados dessa prospecção possam ser validados por organismos nacionais e internacionais e permitam caracterizar o estado sanitário das nossas florestas.

A revisão bibliográfica e a observação pessoal que permitiu fazer a síntese das doenças e pragas identificadas em Portugal para as principais essências, bem como o seu grau de ocorrência nos vários órgãos das árvores e época do ano mais provável dessa ocorrência, representa um trabalho de

grande fôlego e utilidade visto tornar disponível uma base de dados muito completa para ser usada por técnicos e gestores florestais. Este conhecimento vai certamente contribuir para que técnicos não especializados nesta área possam atempadamente alertar os especialistas para situações de incidência de agentes nocivos e permitir gerir de modo eficaz a sanidade florestal. Acresce que, ao nível da cooperação internacional, as listagens em Anexo têm muito interesse pois embora o texto seja escrito em Português usa sempre os nomes latinos dos vários agentes nocivos, podendo assim ser entendido por técnicos e investigadores estrangeiros familiarizados com esta terminologia.

Pelo grande contributo que julgo esta publicação irá ter, propiciando o melhor conhecimento e divulgação da Protecção Florestal, estão de parabéns os técnicos e investigadores que se dedicaram com tanto empenho, conhecimento e rigor a tão importante tarefa.

Maria Teresa Escada Cabral Abril de 2006

1. INTRODUÇÃO

Os inventários de pragas e doenças que foram efectuados até ao início dos anos 90 permitiram a avaliação espácio-temporal de alguns problemas da floresta em Portugal. A partir deles foi possível definir algumas estratégias pontuais de controlo das populações desses agentes que teriam prevenido surtos epidémicos posteriores.

Na década de 90 os constrangimentos que sucessivamente ocorreram levaram a que estes inventários deixassem de ter um nível nacional para passarem para um nível regional e/ou local permanecendo, no entanto, em grande parte do território de Portugal Continental, um vazio de conhecimento sobre o assunto.

Esta mudança de procedimento originou que, a nível nacional, o impacte que os diferentes agentes nocivos (insectos e fungos) têm na floresta, a sua distribuição espacial e a evolução dos seus níveis populacionais, não estejam quantificados.

Ficaram também por contabilizar os prejuízos, em termos de produção, associados a casos em que estes agentes, em situação de sucessão de condições favoráveis ao seu desenvolvimento, passaram de níveis endémicos para níveis epidémicos.

Existe, pois, a imperiosa necessidade de ser de novo implementado, a nível nacional, o inventário dos agentes bióticos nocivos presentes na floresta em Portugal.

O passo seguinte será, o conhecimento tão exacto quanto possível da distribuição espacial dos agentes bióticos nocivos e a avaliação dos seus níveis populacionais com a realização de um Inventário Inicial para diagnóstico da situação, seguido de Inventários Periódicos que permitam avaliar a sua evolução e a tomada de adequadas medidas preventivas de situações epidémicas, medidas essas, sem qualquer dúvida muito mais desejáveis que as de combate.

Este conhecimento da situação fitossanitária da floresta evita também que Portugal seja alvo fácil de tentativas de utilização de argumentos fitossanitários para impor restrições à circulação internacional das suas madeiras e outros produtos florestais, disfarçando motivações de natureza comercial.

Apesar das naturais dificuldades na avaliação desta situação a nível nacional, os principais agentes bióticos que podem causar danos na floresta em Portugal estão há muito identificados e, na maior parte dos casos, é conhecido o seu ciclo de vida e as relações que estabelecem com as espécies florestais suas hospedeiras.

As entidades que em Portugal desenvolvem investigação científica têm, nesta matéria, vindo a realizar trabalho de qualidade, o qual é a base indispensável para qualquer estratégia de protecção dos ecossistemas florestais contra pragas e doenças.

Torna-se assim necessário estabelecer métodos de prospecção que, de forma concertada, permitam uma avaliação da distribuição geográfica dos agentes bióticos nocivos, seus níveis populacionais e evolução espácio-temporal das suas populações, para o estabelecimento de uma base de dados nacional que possa vir também a agregar alguma da informação recolhida no passado.

Pretende-se que esta estratégia possa vir a ser a base de um Programa Nacional de Prospecção de Pragas e Doenças Florestais o que só poderá ser alcançado se as metodologias propostas forem também utilizadas em programas regionais de prospecção ou em outros que futuramente venham a ser aprovados.

2. OBJECTIVOS

O estabelecimento da Estratégia Nacional de Recolha de Informação sobre o Estado Sanitário das Florestas de Portugal Continental tem os seguintes objectivos:

- Uniformizar a metodologia para prospecção de pragas e doenças;
- Identificar os principais agentes bióticos nocivos para a floresta;
- Conhecer a distribuição geográfica dos principais agentes bióticos nocivos para a floresta;
- Diagnosticar o estado fitossanitário das manchas florestais;
- Estabelecer correlações entre os diferentes factores do ambiente e a incidência de pragas e doenças florestais;
- Criar um banco de dados para acompanhamento da evolução espácio-temporal das populações dos agentes bióticos nocivos;
- Estabelecer um sistema de informação para apoio às decisões de gestão florestal.

3. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DE UM PROBLEMA FITOSSANITÁRIO

Desde há muito que vêm sendo identificados alguns problemas sanitários na floresta em Portugal. Na maior parte dos casos, estas situações parecem estar relacionadas com o tipo de gestão florestal que tem vindo a ser implementada, nomeadamente:

- A instalação em larga escala de povoamentos florestais estremes e equiénios;
- A constituição de povoamentos florestais em locais onde as características edafo-climáticas não são as mais favoráveis ou em que a estrutura da propriedade florestal é inadequada (p. ex.: ausência de rede de caminhos, dimensão reduzida);
- A utilização de técnicas de instalação de povoamentos que por si só podem criar perturbações no ambiente (p. ex.: exagerada mobilização do solo, destruição da vegetação existente);
- A utilização de más técnicas de gestão dos povoamentos que põem em risco o seu estado sanitário (p. ex.: podas excessivas, pastoreio inadequado, culturas sob-coberto, manutenção de árvores mortas no povoamento);
- A exploração intensiva de recursos.

Mas, por outro lado, as perturbações que ocorrem em ecossistemas florestais podem também ser esporadicamente originadas por vários factores bióticos e abióticos, que provocam desequilíbrios fisiológicos, traduzidos em alterações no desenvolvimento a nível individual, decréscimo da produção e perturbações ambientais, nomeadamente:

- Redução do crescimento das árvores em altura e em diâmetro;
- Deformação das árvores;
- Diminuição da qualidade do material proveniente da árvore (p. ex.: fruto, madeira);
- Quebra da produção (p. ex.: material lenhoso, cortiça, resina, fruto);
- Insucesso na instalação de povoamentos florestais e/ou na sua regeneração natural;
- Morte das árvores;
- Perturbação dos espaços sociais;
- Alteração do valor paisagístico.

Nestes casos, as intervenções passam em primeiro lugar por identificar com exactidão a origem do problema – Figura 1.

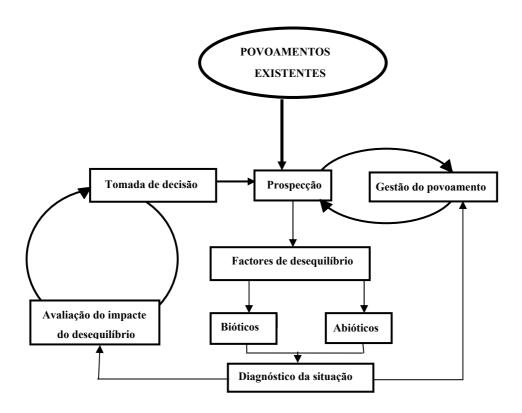


Figura 1 – Esboço da estratégia a adoptar

A inventariação de factores de desequilíbrio é o primeiro passo para o diagnóstico e, normalmente, pode indicar qual o distúrbio/problema. Feito o diagnóstico da situação, pode-se avaliar o impacte dos factores de desequilíbrio e tomar uma decisão quanto às medidas que possam minorar ou ultrapassar a situação. A tomada de decisão sobre o que fazer deve ser baseada numa análise quantitativa da extensão e da gravidade do problema (avaliação do impacte do desequilíbrio) e selecção dos métodos de controlo mais adequados a cada situação concreta.

É neste quadro complexo que devem ser abordados os problemas fitossanitários na floresta. Por isso mesmo, a avaliação do estado sanitário de um povoamento florestal passa pelo conhecimento das relações entre a dinâmica dos povoamentos e a acção/efeito dos agentes causadores de perturbações. Para o caso dos agentes abióticos, as medidas a tomar centralizam-se na própria gestão dos povoamentos enquanto que para os agentes bióticos a sua manutenção em níveis populacionais aceitáveis (aqueles que não causam prejuízos significativos na floresta), faz-se através de acções de **Protecção Integrada** (meios de luta e acções de gestão adequadas).

3.1. OS PRINCIPAIS FACTORES DE DESEQUILÍBRIO

3.1.1. OS FACTORES ABIÓTICOS

Quando se pretende avaliar qual a origem de um problema fitossanitário não nos podemos restringir apenas aos factores bióticos. Muitas vezes estes problemas são devidos a factores denominados abióticos que podem influenciar o aparecimento ou progressão do problema sanitário, quer por actuarem como factores limitantes, quer mesmo como factores determinantes de declínio ou morte de árvores. Estes factores (climáticos, edáficos e silvícolas) podem actuar de forma conjunta ou em sucessão – Quadro 1.

Quadro 1 – Factores abióticos que podem causar danos na floresta

Factores climáticos Devidos à ocorrência de eventos climáticos que pela sua severidade ou época anormal influenciam o equilíbrio fisiológico das árvores	Granizo, neve e geada Vento Insolação Trovoadas Stress hídrico (seca ou pluviosidade excessiva)
Factores edáficos Associados, na generalidade dos casos, às características intrínsecas do solo e que, conjuntamente com factores climáticos desfavoráveis, podem desempenhar um papel importante no agravamento de perturbações ao nível fisiológico da árvore	Reduzida permeabilidade do solo Reduzida profundidade (< 40 cm) Existência de horizontes impermeáveis Fraca fertilidade do solo Teores elevados de elementos grosseiros (> 30%) Declive acentuado (aumento da erosão e do escorrimento superficial)
Factores silvícolas Ligados a uma má instalação ou condução dos povoamentos florestais e podem induzir diferentes perturbações no povoamento consoante a idade das árvores	Inadaptação da espécie à estação Deformação das raízes (viveiro ou não) Má instalação (plantas e preparação do terreno) Má condução (densidade excessiva, desbastes excessivos, idade excessiva, intervenções no povoamento fora de época, permanência no local dos despojos de cortes ou desramas)
Outros	Incêndios florestais

3.1.2. OS FACTORES BIÓTICOS

Os factores bióticos podem ser de vários tipos. Em muitos casos, os danos nas árvores podem ser causados por animais selvagens ou de pastoreio. Estes danos são mais importantes no caso de povoamentos jovens como é o caso do descasque do tronco e colo (p. ex.: veados, gado bovino), ingestão da parte aérea da planta (p. ex. coelhos e/ou gado caprino), ingestão de parte do sistema radicular (p. ex.: ratos, toupeiras). Estes danos podem enfraquecer as árvores ou mesmo conduzir à sua morte em casos extremos.

No entanto, os efeitos mais graves que podem ser encontrados na floresta devido a agentes bióticos, são induzidos essencialmente por insectos ou fungos, ou mais raramente por nemátodos, vírus ou bactérias.

Cada essência florestal, em qualquer fase do seu desenvolvimento, pode vir a ser atacada por diferentes espécies de insectos ou fungos e, muitas vezes, o mesmo insecto ou fungo pode causar danos em diferentes essências florestais. Por outro lado, qualquer órgão da planta (raízes, gomos, sementes, folhas, casca, câmbio, borne e cerne) pode vir a ser atacado por insectos e fungos e nalguns casos, o mesmo agente, consoante o seu ciclo biológico, pode também atacar diferentes partes da planta.

Mas, a susceptibilidade global de um povoamento relativamente ao ataque destes agentes pode a cada momento aumentar ou diminuir, não só consoante as mudanças progressivas das características da floresta (estrutura e densidade dos povoamentos, dimensões das árvores), como também por perturbações que afectam as árvores (p. ex.: incêndio florestal, intensificação da exploração, excesso ou falta de água). Assim, esta relação entre a dinâmica dos povoamentos e a dinâmica dos agentes envolvidos deve ser sempre considerada quando se tenta saber qual a natureza de um dado problema sanitário.

Convém ainda referir que, apesar de tudo, a maior parte dos seres vivos que habitam a floresta, nomeadamente insectos e fungos, não são considerados prejudiciais, já que desempenham um papel muito importante na própria estabilidade do ecossistema.

Para facilitar um pouco esta avaliação são identificados, no Anexo I, os principais insectos e fungos que podem causar danos na floresta. Estes agentes foram individualizados segundo grupos de essências florestais (pinheiros, outras resinosas, sobreiro/azinheira, outros carvalhos, choupos, castanheiro, eucalipto, outras folhosas) e classificados segundo o tipo de órgão atacado (folhas/agulhas, gomos, frutificações, ramos, tronco, raiz) e o grau provável de ocorrência (1 – muito provável; 2 – provável; 3 – pouco provável).

É de referir ainda que nas outras folhosas, por não constituírem povoamentos florestais (ocorrem em geral como árvores isoladas ou em bordaduras), o impacte de um agente nocivo adquire um efeito particular já que se exprime ao nível da árvore, pelo que a tomada de decisão para o tratamento e/ou controlo das populações de agentes bióticos é diferente da aplicada a povoamentos florestais.

3.2. O DIAGNÓSTICO DE UMA SITUAÇÃO

Na generalidade dos casos, qualquer problema sanitário num povoamento florestal pode manifestar-se não só através de sintomas visuais (p. ex.: desfolha, descoloração, morte das árvores), como de sintomas ligados a uma redução do normal crescimento das árvores (altura e diâmetro).

Estes sintomas podem ser o resultado directo da acção de um dado agente (visíveis no próprio ano em que ocorre) ou uma manifestação indirecta (neste caso os sintomas podem ser só visíveis algum tempo após a ocorrência do agente) e não são estáticos para um determinado ecossistema, evoluindo no tempo e no espaço como resultado, mais uma vez, da dinâmica que se estabelece no próprio ecossistema. Contudo, a variabilidade dos sintomas, processando-se com maior frequência de modo quantitativo, não interfere em larga escala nas manifestações qualitativas e daí uma certa constância nas características gerais dos sintomas num dado hospedeiro sujeito à acção de um determinado agente.

É esta constância que torna tão importante a observação dos sintomas no diagnóstico. Há, no entanto, que ter em atenção que se detectam com frequência sintomas semelhantes em hospedeiros diversos quando sujeitos a diferentes agentes bióticos e abióticos, os quais desencadeiam o mesmo tipo de distúrbios estruturais e/ou funcionais na árvore. Embora os sintomas sejam a manifestação de um distúrbio, raramente são suficientes para o estabelecimento de um diagnóstico preciso da sua natureza, isto porque sintomas semelhantes têm muitas vezes causas diferentes (p. ex.: uma desfolha tanto pode acontecer devida à acção de fungos ou insectos como pela acção do vento).

Assim a observação de um ou mais sintomas não permite, na maioria dos casos, a identificação do agente causal.

3.2.1. SINTOMAS ASSOCIADOS A FACTORES ABIÓTICOS

Os danos atribuídos a factores abióticos são vários – Quadro 2. Pretende-se com esta síntese alertar para a semelhança de danos induzidos por factores abióticos e bióticos pelo que, em qualquer diagnóstico a identificação das causas deverá ter sempre em atenção estas semelhanças.

Assim, caso não existam sinais da presença de agentes bióticos a origem do dano poderá, com grande probabilidade, estar associada a factores abióticos.

Quadro 2 – Principais danos provocados por factores abióticos

Sintomas	Factores			
Destruição dos gomos anuais	Granizo, neve e geada Inadaptação da espécie à estação			
Manchas ou pontuações nas folhas /agulhas	Granizo, neve e geada Insolação Poluição atmosférica			
Microfilia ou murchidão das folhas/agulhas	Stress hídrico Fraca capacidade de retenção de água no solo Teores elevados de elementos grosseiros no solo Baixa fertilidade do solo Existência de horizontes impermeáveis Inadaptação da espécie à estação			
Descolorações de diferentes tipos das folhas /agulhas	Granizo, neve e geada Poluição atmosférica "Stress" hídrico Fraca capacidade de retenção de água no solo Existência de horizontes impermeáveis Baixa fertilidade do solo Declive acentuado Incêndios florestais Inadaptação da espécie à estação Deformação das raízes			
Desfolhas parciais ou completas da copa	Vento "Stress" hídrico Fraca capacidade de retenção de água no solo Teores elevados de elementos grosseiros no solo Existência de horizontes impermeáveis Baixa fertilidade do solo Declive acentuado Incêndios florestais Inadaptação da espécie à estação Deformação das raízes Má instalação Má condução			

Quadro 2 – Principais danos provocados por factores abióticos (Cont.)

Sintomas	Factores
Quebra de ramos e raminhos	Vento
Fissuras, fendilhamento ou desprendimento da casca	Granizo, neve e geada
Zonas necrosadas na casca	Incêndios florestais
Formação de exsudados ao longo do tronco e ramos	Incêndios florestais
-	Reduzida profundidade do solo
	Vento
	Existência de horizontes impermeáveis
	Declive acentuado
Má conformação	Inadaptação da espécie à estação
	Deformação das raízes
	Má instalação
	Má condução
	Granizo, neve e geada
	Declive acentuado
Morte das árvores jovens	Inadaptação da espécie à estação
	Deformação das raízes
	Má instalação
	Stress hídrico
	Fraca capacidade de retenção de água no solo
	Teores elevados de elementos grosseiros no solo
	Existência de horizontes impermeáveis
Morte de árvores adultas	Baixa fertilidade do solo
	Incêndios florestais
	Inadaptação da espécie à estação
	Má instalação
	Má condução
	Vento
Derrube de árvores	Reduzida profundidade do solo
	Existência de horizontes impermeáveis
	Declive acentuado
	Deformação das raízes
	Má instalação
	Má condução
	ivia condução

3.2.2. SINTOMAS E INDÍCIOS ASSOCIADOS A PRAGAS E DOENÇAS

Os sintomas são, no seu conjunto, o que se designa por quadro sintomatológico do ataque de um insecto ou fungo – Quadro 3 – e podem, na generalidade dos casos, ser comuns à acção de outros agentes, como já foi anteriormente referido.

Quadro 3 - Sintomas comuns a pragas e doenças

Sintomas

Desfolhas parciais ou completas da copa

Descolorações de diferentes tipos das folhas /agulhas

Destruição dos gomos anuais

Seca de ramos ou raminhos

Manchas ou pontuações nas folhas /agulhas

Existência de galhas nas folhas, gomos ou raminhos

Microfilia ou murchidão das folhas/agulhas

Zonas necrosadas na casca, madeira ou folhas

Deformações das folhas, gomos, tronco e ramos

Destruição das frutificações e sementes

Formação de exsudados ao longo do tronco e ramos

Fissuras, fendilhamento ou desprendimento da casca

Quebra de ramos e raminhos

Morte de árvores

Dada esta ambiguidade causada pela não existência, em grande parte dos casos, de sintomas específicos para as pragas e doenças, o estabelecimento de um diagnóstico tem sempre de incluir a observação de outros indícios da sua presença. Estes indícios incluem não só a presença de estruturas do agente nocivo (sinais), como manifestações da actividade dos agentes causais — Quadro 4. Um diagnóstico preciso implica, por norma, o recurso a métodos mais complexos e morosos.

Tanto os sintomas como os indícios apresentam diferentes padrões temporais consoante o ciclo biológico do agente que os provoca – Anexo II. Por exemplo, num determinado povoamento florestal pode existir uma grande incidência de um desfolhador mas se a prospecção for efectuada no Outono/Inverno não se vão encontrar sintomas de desfolha (as árvores têm uma capacidade de renovar a sua folhagem após um ataque). Nesta época só se poderão verificar a presença de posturas, de abrigos de protecção, ou seja, apenas sinais da presença do desfolhador e não sintomas da sua actividade.

Quadro 4 - Indícios da presença de pragas ou doenças

Indícios	Factores
Galerias no lenho ou na zona sub-cortical	
Presença de serrim	
Orifícios na casca e na madeira	
Rebordo das folhas consumido	
Folhas esqueletizadas ou com galerias no limbo	Insectos
Folhas roídas (completamente ou ficando apenas a nervura)	
Presença de insectos adultos ou de larvas nas diferentes partes da planta	
Presença de posturas	
Presença de abrigos de protecção (p. ex.: ninhos, folhas enroladas)	
Presença de micélio na parte da planta atacada	
Existência de frutificações (p. ex.: carpóforos na árvore ou no solo, cirros de esporos ou pontuações no órgão atacado)	Fungos
Existência de estromas	. ungoo
Existência de estruturas de resistência (p. ex.: rizomorfos ou esclerotos)	

3.3. AVALIAÇÃO DO IMPACTE DOS FACTORES BIÓTICOS

Numa primeira análise, o impacte dos ataques de insectos e de fungos, (extensão e gravidade dos danos), deverá ser encarado a dois níveis – árvore e povoamento.

3.3.1. IMPACTE AO NÍVEL DA ÁRVORE

O impacte ao nível da árvore está associado à maior ou menor capacidade da árvore reagir ou recuperar após o ataque de uma praga ou doença, dependendo, em última instância, de uma série de factores, nomeadamente:

- Da espécie florestal (resinosa ou folhosa);
- Da parte da planta afectada;
- Das características do agente nocivo;
- Da intensidade do ataque;
- Da época do ano em que ocorre o ataque;
- Das condições ambientais;
- Da sucessão de ataques.

Os ataques de insectos e fungos nas folhas/agulhas de uma árvore não põem em risco a sobrevivência do hospedeiro (com excepção de ataques muito severos ou consecutivos em povoamentos muito jovens). A árvore tem capacidade de regeneração da copa ainda que possa vir a manifestar uma redução nítida do seu crescimento anual (em altura e em diâmetro) já que as reservas energéticas e nutricionais vão ser canalizadas para uma renovação suplementar da folhagem (este efeito agrava-se consoante a intensidade da desfolha provocada). É de referir, no entanto, que nas resinosas este processo é mais crítico, pois a sua superfície foliar renova-se mais lentamente do que nas folhosas.

Os ataques a ramos da copa, na generalidade dos casos, não matam as árvores, podendo até a sua acção ser irrelevante desde que a densidade de ataque não seja demasiado elevada.

No caso de insectos e de fungos que atacam o tronco (floema e xilema) a recuperação da árvore é mais difícil, já que estes ataques bloqueiam o fluxo de seiva e o transporte de solutos entre as raízes e a copa, o que pode pôr seriamente em risco a sua sobrevivência. A capacidade de recuperação da árvore está directamente relacionada com o seu vigor e com a intensidade do ataque.

Tanto a época do ano como as condições ambientais no momento do ataque podem influenciar indirectamente a recuperação da árvore por interagirem com a capacidade de colonização do agente. Por exemplo, pluviosidades muito elevadas podem criar condições adversas à alimentação dos desfolhadores e por isso diminuírem o seu efeito na árvore.

3.3.2 IMPACTE AO NÍVEL DO POVOAMENTO

Ao efeito que referimos sobre a árvore, tomada isoladamente, devemos acrescentar o efeito sobre os respectivos povoamentos. De facto, o impacte a este nível está directamente relacionado com a

frequência de incidência (proporção de árvores afectadas) e amplitude dos ataques (extensão geográfica) e depende de vários factores, nomeadamente:

- Das características do local;
- Das características do povoamento;
- Das condições ambientais;
- · Do agente em causa.

Uma proporção significativa de árvores afectadas indica que estamos na presença de uma elevada população de um dado agente com uma grande probabilidade de provocar uma rápida progressão anual no número de árvores atacadas. Neste caso, e consoante o tipo de agente em causa, poderá estar em risco a sobrevivência do povoamento florestal no seu todo.

O tipo de distribuição espacial dos ataques, intrínseca a cada um dos agentes (p. ex.: uniforme, aleatória, em manchas ou agregada), é também determinante na extensão geográfica da ocorrência de danos.

No entanto este impacte ao nível do povoamento está por outro lado associado ao tipo de flutuações temporais que podem ocorrer na densidade populacional de um dado agente. Assim podemos encontrar ao nível de um povoamento três tipos de situações:

- Problemas locais, não epidémicos;
- Problemas epidémicos com variação plurianual;
- Problemas perenes (permanentes).

Problemas locais, não epidémicos

São os casos em que pontualmente se podem encontrar danos esporádicos de um dado agente (insecto ou fungo), que se podem manifestar casualmente num dado período de tempo (relacionados com alterações pontuais de factores abióticos), ou que podem manter-se continuamente mas sem atingirem proporções epidémicas – Figura 2 (a).

Problemas epidémicos com variação plurianual

São os casos típicos de muitas pragas e doenças que podem manter-se por longos períodos de tempo em níveis de ataques reduzidos mas que em determinadas situações ultrapassam o nível de tolerância

passando a ser consideradas epidémicas. Especial atenção deve ser dada ao momento da passagem do estado de latência ao estado activo, por norma coincidente com uma diminuição dos mecanismos de defesa da árvore.

Podem ser descritos dois modelos básicos. O primeiro relaciona-se com aumentos bruscos mas temporários da densidade populacional do agente separados por períodos de latência mais ou menos longos – Figura 2 (b). O segundo caracteriza-se por gradações cíclicas e periódicas na densidade populacional do agente sem a existência de períodos de latência – Figura 2 (c).

Problemas perenes (permanentes)

São os casos de agentes que se mantêm continuamente (de um ano para o outro) acima do nível de tolerância (epidémicos) com pequenas flutuações na sua densidade populacional – Figura 2 (d).

É a partir da avaliação global do impacte no povoamento que se podem tomar decisões quanto à utilização ou não de métodos de controlo ou de combate às pragas e/ou doenças. No entanto, ainda não existem estratégias claras no que respeita às principais pragas e doenças da floresta mediterrânica.

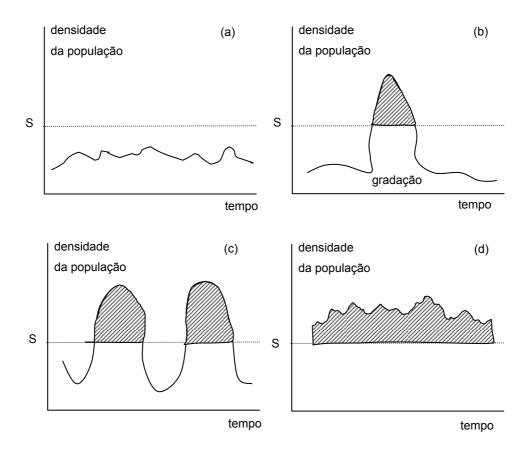


Figura 2 - Tipos de flutuações temporais possíveis de ocorrer

4. A TOMADA DE DECISÃO PERANTE A ACÇÃO DE FACTORES BIÓTICOS

O aspecto mais importante da prospecção de pragas e doenças na floresta em Portugal, reside precisamente na possibilidade de diminuir os riscos de danos, aumentando deste modo a vitalidade da nossa floresta. Assim, uma vez feito um diagnóstico, a avaliação da extensão e intensidade dos danos, a análise de vários factores intervenientes e suas inter-relações – Figura 3 – poder-se-á então definir a tomada de decisão mais acertada, nomeadamente:

- Métodos de controlo disponíveis;
- Relação benefícios/custos;
- Quando devem de ser aplicados os métodos de controlo.

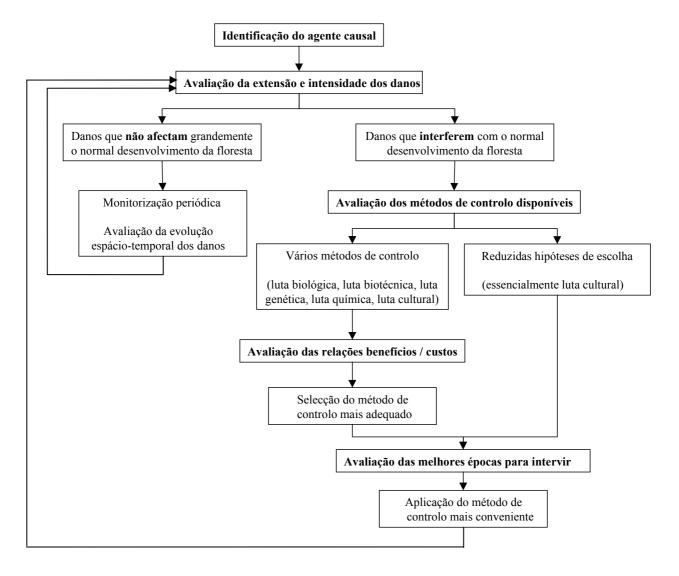


Figura 3 - Factores a serem considerados no processo de tomada de decisão

5. A IMPLEMENTAÇÃO DA PROSPECÇÃO DE AGENTES BIÓTICOS A NÍVEL NACIONAL

A prospecção de pragas e doenças deve ser feita a partir de inventários fitossanitários. Estes podem ser muito variados consoante os objectivos pretendidos, as situações a inventariar e os recursos disponíveis. No entanto, para a aplicação de uma estratégia nacional de recolha de informação sobre o estado sanitário das florestas em Portugal, os inventários a efectuar terão de fornecer uma informação específica e uniformizada.

Neste âmbito, os objectivos pretendidos passam não só pela detecção e identificação dos agentes bióticos, como pela avaliação dos danos causados. A informação recolhida terá de ser eficaz, não só para a avaliação da situação específica ao nível de um dado povoamento florestal, como deverá permitir a sua estimativa ao nível regional e nacional.

Por outro lado, os inventários a efectuar devem ser flexíveis e facilmente adaptados a cada situação. Com efeito, um inventário pode referir-se a povoamentos florestais de produção, de protecção, pomares produtores de sementes ou mesmo a arboretos. Em cada caso o impacte de um dado agente pode variar consoante a situação em causa (produção ou protecção).

A recolha de informação reside em quatro aspectos básicos:

- Caracterização do povoamento e do local;
- Caracterização do estado fitossanitário;
- Avaliação da intensidade dos danos;
- Recolha de material para uma identificação precisa do agente causal.

Um diagnóstico correcto necessita de informação de base válida e credível, pelo que é necessário tomar especial cuidado no registo das observações. Estas devem ser efectuadas pausadamente para não deixar passar detalhes importantes, nem originar conclusões precipitadas. As dúvidas surgidas devem ser claramente identificadas na informação transmitida. A título de exemplo, pode acontecer que a observação de um povoamento decorra muito tempo depois dos danos iniciais se terem manifestado e o agente causal já não estar presente. No entanto, apesar de os danos observáveis serem demasiado antigos ou insuficientes, convém fazer o seu registo a fim de recolher informações que por vezes são extremamente úteis.

Atendendo a que os objectivos desta estratégia são de âmbito nacional, toda a informação recolhida, nos diferentes sub-programas regionais, deverá ser armazenada num banco de dados gerido pela Autoridade Florestal Nacional. O tratamento desta informação global permitirá a avaliação, ao nível nacional, do impacte espácio-temporal dos diferentes agentes bióticos e o estabelecimento de bases de apoio às decisões de gestão florestal.

5.1. A REDE DE PARCELAS DE AMOSTRAGEM

No âmbito dos Regulamentos Comunitários de Protecção das Florestas Contra a Poluição Atmosférica implantou-se em Portugal, em 1987, uma rede sistemática de malha 16 km x 16 km em cujos pontos florestais se tem recolhido, de entre outras, informação anual sobre os agentes bióticos nocivos facilmente identificáveis. Esta rede deveria ser a base da recolha de informação sobre pragas e doenças da floresta, o que estaria em sintonia com os sucessivos Regulamento Comunitários de Protecção das Florestas Europeias, já que apresentava as seguintes vantagens:

- Existência de um historial de informação sobre o estado de vitalidade das árvores em cada parcela e abrangendo um período de 15 anos;
- Caracterização já existente das estações, incluindo inventário profundo dos solos;
- Optimização de recursos.

No entanto, esta quadrícula de 16 km x 16 km é demasiado larga para ser representativa de certas zonas onde o mosaico de ocupação do solo (florestal ou não) é mais diversificado, não permitindo a detecção e monitorização de pequenos focos.

Por outro lado, não se revela adequado efectuar o seu adensamento dado que a quadrícula apresenta algumas irregularidades originadas não só pelo facto de ter sido gerada no Centro da Europa, mas também pela necessária transformação das coordenadas dos seus pontos do *Datum* Europeu para o *Datum* Português.

Assim, optou-se pela criação de uma rede sistemática nacional de malha 2 km x 2 km, o que garante a amostragem de mais de 5% da área florestal do Continente, estabelecendo-se uma parcela de amostragem em todos os pontos florestais.

Esta nova rede passou também a ser utilizada no Inventário Florestal Nacional (IFN) o que permite o cruzamento de toda a informação recolhida na floresta em Portugal.

Atendendo, no entanto, à série temporal de dados recolhidos nos pontos da Rede Europeia 16 km x 16 km, os mesmos são também considerados nesta estratégia.

5.1.1. MÉTODOS PARA A INSTALAÇÃO DE PARCELAS DE CARACTERIZAÇÃO GLOBAL

Numa primeira fase será necessária a obtenção de dados relativamente ao local e ao povoamento, com vista a:

- Ajudar ao diagnóstico após a análise dos dados recolhidos;
- Monitorizar permanentemente o território, difundir alertas ou informação técnica;
- Constituir uma memória fitossanitária destinada a reflectir a longo termo a frequência e a diversidade dos problemas fitossanitários;
- Pôr em evidencia os factores do meio que podem influenciar determinado fenómeno;
- Avaliar as consequências da gestão florestal sobre certos problemas fitossanitários.

Estes dados serão obtidos a partir do preenchimento de uma ficha de caracterização global de uma parcela de amostragem de área aproximada a 0,5 ha com centro no ponto da rede de 2 km x 2 km – ANEXO III.a – e permitirão, numa fase posterior de tratamento de dados, o estabelecimento de possíveis relações entre a incidência de pragas e doenças e as características do local (clima, solo, geomorfologia), do povoamento (espécie, idade, densidade, tipo de instalação e de condução do povoamento) e do sub-bosque ou culturas sob-coberto.

No MANUAL DE CAMPO são dadas as indicações necessárias para o correcto preenchimento desta ficha.

A caracterização do estado fitossanitário da estação passa pela avaliação inicial da presença de sintomas ou danos nas árvores (observação visual) e, caso existam, pela posterior prospecção de sinais que permitam identificar o agente causal. Assim, se não existirem sintomas ou danos dentro da parcela de amostragem considera-se esta como representando uma floresta sem problemas fitossanitários. Sempre que, na área previamente estabelecida, for detectada uma árvore com sintomas ou sinais de um agente, será accionado um percurso no terreno a fim de ser efectuado um diagnóstico da situação.

5.1.2. MÉTODOS PARA O ESTABELECIMENTO DE PERCURSOS DE DIAGNÓSTICO

Adoptou-se uma metodologia similar à praticada em França, país com sistema de prospecção de pragas e doenças instalado e consolidado e com condições de coberto semelhantes às nossas.

De forma a garantir uma amostragem representativa do coberto existente, são definidos três tipos de percursos em função da idade e da densidade dos povoamentos:

- **Tipo A** para povoamentos de densidade igual ou superior a 200 árvores/ha;
- **Tipo B** para povoamentos de densidade inferior a 200 árvores/ha;
- Tipo C para plantações muito jovens.

Cada percurso deve ser iniciado numa árvore com sintomas ou indícios da presença de agentes bióticos (que deve ser marcada com uma cinta de cor-de-laranja), localizada num raio de acção de 40 metros ao redor do ponto de amostragem, terminando numa árvore que terá de ser marcada com duas cintas cor-de-laranja.

O percurso deve ser estabelecido *in loco* e numa direcção que tenha em atenção a distribuição espacial dos danos, a heterogeneidade do povoamento (p. ex.: árvores de diferentes idades) e as diferenças na topografia do terreno (p. ex.: zonas de baixa, de encosta). O percurso pode, no entanto, não ser completado se, em determinado ponto, ocorrerem clareiras ou outros obstáculos que não permitam efectuar a observação. Neste caso a razão deve ser claramente indicada.

5.1.2.1. PERCURSO TIPO A – POVOAMENTO DE DENSIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 200 ÁRVORES/HA

O percurso é desenvolvido dentro da parcela, segundo os lados de um rectângulo de 100 m x 50 m — Figura 4. A cada 50 metros estabelece-se um ponto de estação onde são observadas e avaliadas 10 árvores contíguas repartidas de um lado e outro na direcção da progressão, até se atingirem os 100 metros (3 estações num total de 30 árvores). O observador desloca-se então 50 metros na perpendicular e inicia novo caminho de 100 metros no sentido contrário e repetindo o esquema de observação efectuado no primeiro. É assim avaliado um total de 60 árvores.

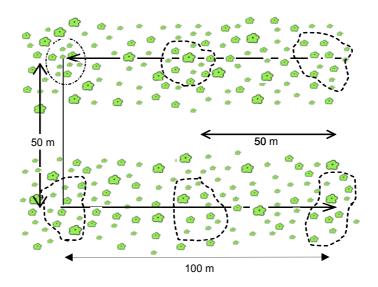


Figura 4 – Esquema de percurso para povoamentos densos (Tipo A)

5.1.2.2. PERCURSO TIPO B - POVOAMENTOS DE DENSIDADE INFERIOR A 200 ÁRVORES/HA

O percurso é desenvolvido dentro da parcela, segundo os lados de um rectângulo de 100 m x 50 m — Figura 5. Ao longo dos primeiros 100 metros são observadas e avaliadas todas as árvores, de um lado e outro, localizadas a menos de 10 metros da linha do caminho. O observador desloca-se então 50 metros na perpendicular e inicia novo caminho de 100 metros no sentido contrário e repetindo o esquema de observação efectuado no primeiro.

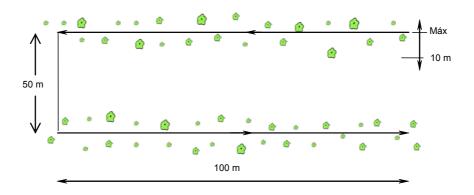


Figura 5 – Esquema de percurso para povoamentos pouco densos (Tipo B)

5.1.2.3. PERCURSO TIPO C - PLANTAÇÕES MUITO JOVENS

Plantações muito jovens (povoamento florestal constituído por resinosas até 5 anos de idade ou por folhosas até 10 anos de idade), onde a progressão se deve fazer no sentido da linha da plantação – situação **a** –, ou no sentido perpendicular – situação **b** –, de forma a permitir a observação e a prospecção de danos.

A observação é feita em estações de 10 árvores agrupadas nas linhas da plantação (5 árvores por linha de plantação) cada 50 metros até perfazer 100 metros – Figura 6. Quando o caminho terminar o observador desloca-se 50 metros na perpendicular e inicia novo caminho de 100 metros no sentido contrário, repetindo o esquema de observação efectuado no primeiro.

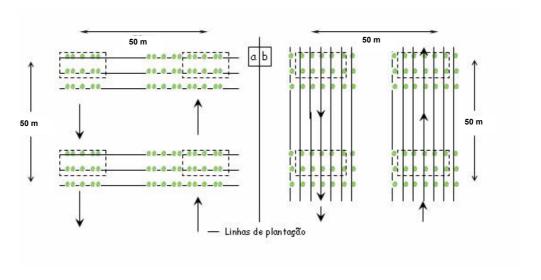
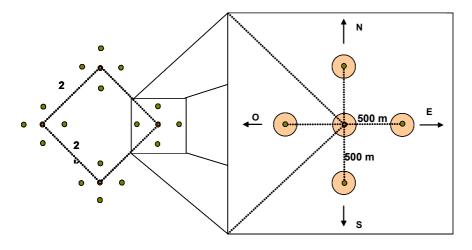


Figura 6 - Esquema de percurso para plantações

5.1.3. A METODOLOGIA PARA O ESTABELECIMENTO DE PERCURSOS ADICIONAIS

Se os danos detectados forem considerados graves (presentes em mais de 25% das árvores) dever-se-ão estabelecer até 4 percursos adicionais de diagnóstico a partir do ponto central da parcela de amostragem, segundo os pontos cardeais e a uma distância de 500 metros do ponto inicial. Antes de ser definido um percurso adicional dever-se-á preencher uma ficha de caracterização global desta parcela adicional (rede de 500 m x 500 m). Esta parcela deve ser definida em todos os pontos em que a menos de 100 metros exista um povoamento florestal (mancha arbórea com cobertura do solo ≥ 10% e área superior a 0,5 ha) da mesma espécie que apresentou no percurso inicial mais de 25% de árvores com danos. O centro desta parcela adicional deverá também localizar-se a mais de 40 metros da orla do povoamento – Figura 7.

No caso de existir a menos de 100 metros mais de um povoamento florestal, escolhe-se o que estiver mais perto do ponto da rede de 2 km x 2 km, tendo em atenção que a nova localização da parcela de amostragem deverá situar-se no interior da mancha a pelo menos 40 metros da sua orla.



- Parcela de amostragem (malha 2 km x 2 km)
- Parcelas adicionais a 500 metros do centro da parcela de amostragem
- Raio de 100 metros para localização das parcelas

Figura 7 - Esquema de implantação de parcelas adicionais

Se na parcela adicional voltar a ser detectada pelo menos uma árvore com danos terá de ser então implementado um percurso adicional (§ 5.1.2). A orientação a seguir neste percurso é apresentada na Figura 8.

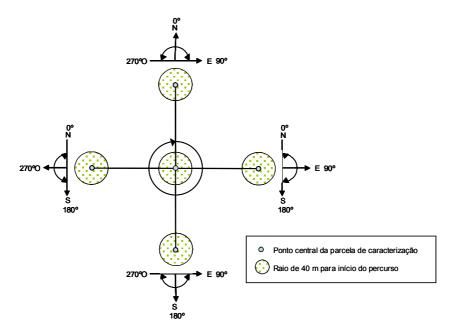


Figura 8 - Esquema de implantação dos percursos adicionais

5.2. A AVALIAÇÃO DA INTENSIDADE DOS DANOS

Em cada percurso de diagnóstico seleccionado é efectuada a avaliação fitossanitária da estação através da observação individualizada das árvores e preenchida a Ficha de Diagnóstico – Anexo III.b.

No MANUAL DE CAMPO são dadas as indicações necessárias para o correcto preenchimento desta ficha.

Deve, no entanto, ter-se sempre presente que:

- Os danos na floresta podem ser a consequência tanto de factores bióticos (p. ex.: insectos e fungos) como de factores abióticos (clima, perturbações ao nível do solo, má instalação ou condução dos povoamentos, incêndios);
- A maior parte dos insectos e/ou fungos que ocorrem na floresta não provocam prejuízos;
- Ainda que muitos dos agentes possam ser facilmente identificáveis, a sua identificação deve ser sempre confirmada por técnicos especializados, principalmente para o caso de fungos patogénicos;
- Sempre que possível, deve ser colhido material atacado (com sintomas ou indícios) para posterior confirmação em laboratório;
- Em qualquer acção de prospecção nunca se deve excluir a hipótese de estarmos perante um caso de um agente pouco conhecido ou mesmo desconhecido;
- Não existe um ponto ou referência a partir do qual um determinado dano ou indício de presença de um agente causal não deva ser sinalizado.

A informação recolhida deve também permitir, em caso de ser detectada a presença de uma praga ou doença, uma avaliação do impacte que pode provocar (extensão e gravidade dos danos).

Além do aspecto descritivo e qualitativo do estado fitossanitário, a quantificação dos danos é essencial para:

- Minimizar a subjectividade inerente à observação no local e por conseguinte melhorar a apreciação do problema;
- Formular a melhor resposta à situação em análise em termos de intervenção ou não intervenção.

5.3. RECOLHA DE AMOSTRAS PARA ANÁLISE E SEU ACONDICIONAMENTO

A recolha de amostras permite a identificação de insectos e fungos através de meios que não estão disponíveis no momento e no local e, eventualmente, de outros agentes bióticos (p. ex.: bactérias ou vírus) que colonizem externa ou internamente o material vegetal. A recolha de amostras de material deve ser efectuada quando:

- O agente é conhecido, mas existe necessidade de confirmação em laboratório;
- O agente é conhecido, mas existem suspeitas de poderem existir outros agentes envolvidos;
- O agente causal n\u00e3o \u00e9 facilmente identific\u00e1vel.

Nestes casos deve ser recolhido material afectado representativo do problema (pode ser necessária mais de que uma amostra na árvore para se ter quantidade suficiente) o qual deve ser devidamente acondicionado e transportado rapidamente até ao laboratório, acompanhado de uma ficha de identificação do agente – ANEXO III.c. Esta ficha de identificação deve fornecer a máxima informação possível para a compreensão e identificação do fenómeno, designadamente:

- Descrição precisa, tanto quanto possível, dos sintomas;
- Distribuição do fenómeno no povoamento;
- Historial do problema no local, quando conhecido;
- Condições da estação e do povoamento;
- Órgãos ou partes da planta onde foram recolhidas as amostras;
- Estado de desenvolvimento da árvore;
- Frequência e localização na árvore (p. ex.: pontual num ramo, dispersa por muitos ramos).

No MANUAL DE CAMPO são dadas as indicações necessárias para o correcto preenchimento desta ficha.

As amostras enviadas para o laboratório devem ser constituídas, sempre que possível, não só pelas partes da planta afectada, como também por estruturas do agente (p. ex.: insectos em vários estados de desenvolvimento, carpóforos, rizomorfos, micélio no solo). Se não for possível a recolha da amostra, deve ser apresentada uma descrição ilustrativa dos danos (p. ex.: fotografias ou desenhos).

Se eventualmente for recolhido material do hospedeiro com grande teor de humidade (p. ex.: material colhido após uma chuvada) deve deixar-se secar antes do seu acondicionamento. No entanto as amostras de solo mesmo com elevado teor de humidade devem ser enviadas rapidamente para o laboratório.

No MANUAL DE CAMPO apresenta-se igualmente uma síntese dos procedimentos para a recolha de material afectado e do tipo de equipamento necessário.

5.4. ÉPOCAS E PERIODICIDADE DOS INVENTÁRIOS

Dever-se-á efectuar um inventário geral em todas as parcelas que será repetido com a periodicidade de cinco anos – Quadro 5.

A cada dois anos serão realizados inventários intercalares nas parcelas onde, no inventário geral, foi diagnosticada a presença de agentes bióticos nocivos em, pelo menos, 10% das árvores amostradas.

Quadro 5 - Periodicidade dos inventários

Inventário	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7
Geral							
Intercalar							

A época do ano em que se deve fazer uma prospecção de pragas e doenças está de certo modo condicionada pelo comportamento biológico do agente em causa.

Os inventários gerais deverão ser efectuados de Maio a Julho, enquanto que os inventários intercalares deverão ser efectuados tanto na Primavera/Verão como no Outono (dependendo do período óptimo de observação dos agentes detectados nos inventários gerais).

Caso se detecte um foco emergente de uma praga ou doença que se pense poder vir a causar danos de certa gravidade, serão realizados inventários extraordinários.

No caso dos inventários extraordinários a época da sua realização deverá ser ajustada à especificidade do problema fitossanitário (em diferentes alturas do ano consoante o tipo de agente em causa) para a avaliação quantitativa da situação.

5.5. AS EQUIPAS DE CAMPO

As informações referentes ao estado fitossanitário das florestas terão de ser recolhidas por equipas de campo especificamente treinadas para esta finalidade, que devem:

- Respeitar a estratégia de recolha de informação descrita no Manual de Campo;
- Detectar, individualmente ou recorrendo a informações de proprietários locais ou colegas de trabalho, problemas fitossanitários;
- Avaliar a gravidade e o impacte dos problemas sanitários encontrados;
- Diagnosticar os problemas prioritários de maneira segura;
- Escolher o tipo de estratégia de observação a realizar e preencher correctamente todas as alíneas das fichas de observação;
- Recolher e acondicionar nas melhores condições possíveis, as amostras de material a expedir para um laboratório especializado.

Assim, acções de formação específicas terão de ser ministradas, não só para a compreensão dos principais sintomas / indícios das pragas e doenças, mas também das técnicas expeditas de diagnóstico e do correcto preenchimento das fichas.

Cada equipa de campo deve ser composta por dois observadores, respondendo directamente a um coordenador de campo e deve estar devidamente articulada numa estrutura regional de modo a que:

- A informação recolhida seja transmitida, nos períodos requeridos, ao coordenador de campo;
- O carregamento da informação numa base de dados informatizada, com acesso directo pela Internet, seja facilitado;
- A ligação com outras equipas de campo das zonas limítrofes circundantes à sua zona de observação, seja estabelecida regularmente;

• A informação aquando de uma operação no terreno, em resposta a um problema definido, seja rapidamente difundida, de acordo com os métodos de prevenção e/ou luta.

5.6. CONTROLO DE QUALIDADE DOS DADOS DE CAMPO

Aleatoriamente, um mínimo de 5% das parcelas amostradas deverá ser observado por uma equipa de controlo composta pelo coordenador de campo e por um ou mais elementos da estrutura regional florestal do Ministério da Agricultura. Caso se verifique erro na recolha de dados em 30% ou mais destas parcelas reavaliadas, todo o trabalho será rejeitado.

ANEXO I

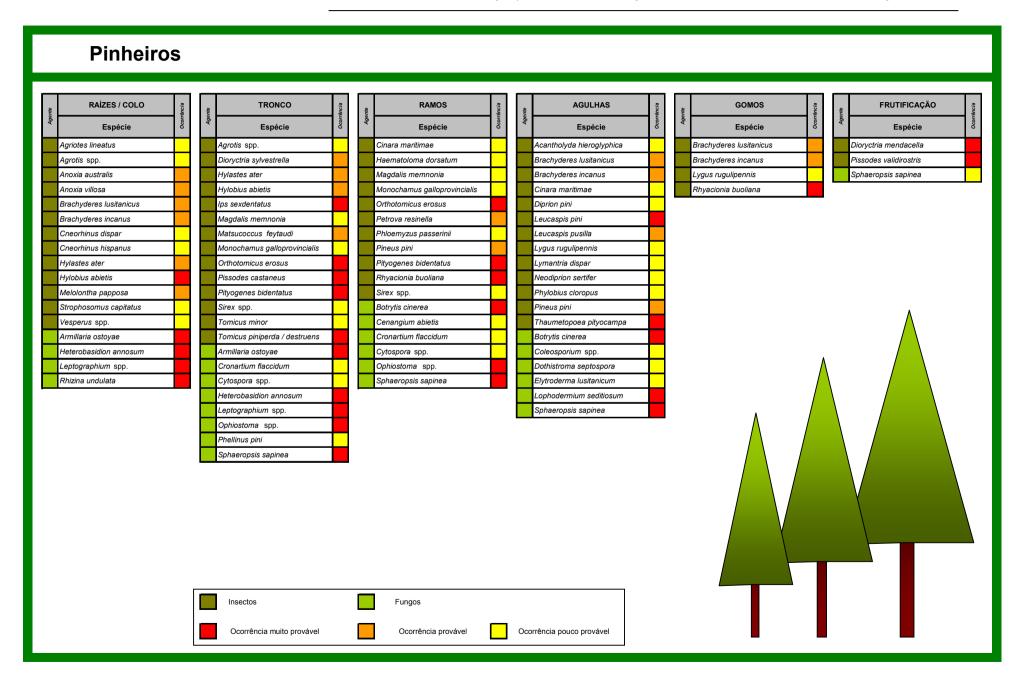
Principais insectos e fungos que podem causar danos na floresta

Para cada grupo de essências florestais (pinheiros, outras resinosas, sobreiro e azinheira, outros carvalhos, choupos, castanheiro, eucalipto e outras folhosas) são apresentadas duas listagens:

- A primeira com a identificação das principais pragas e doenças
- A segunda agrupando-as pragas e doenças consoante:
 - O tipo de órgão atacado:
 - o Folhas / agulhas;
 - Gomos;
 - o Frutificações;
 - o Ramos;
 - o Tronco;
 - o Raiz.
 - O grau provável de ocorrência:
 - Muito provável;
 - o Provável;
 - o Pouco provável.

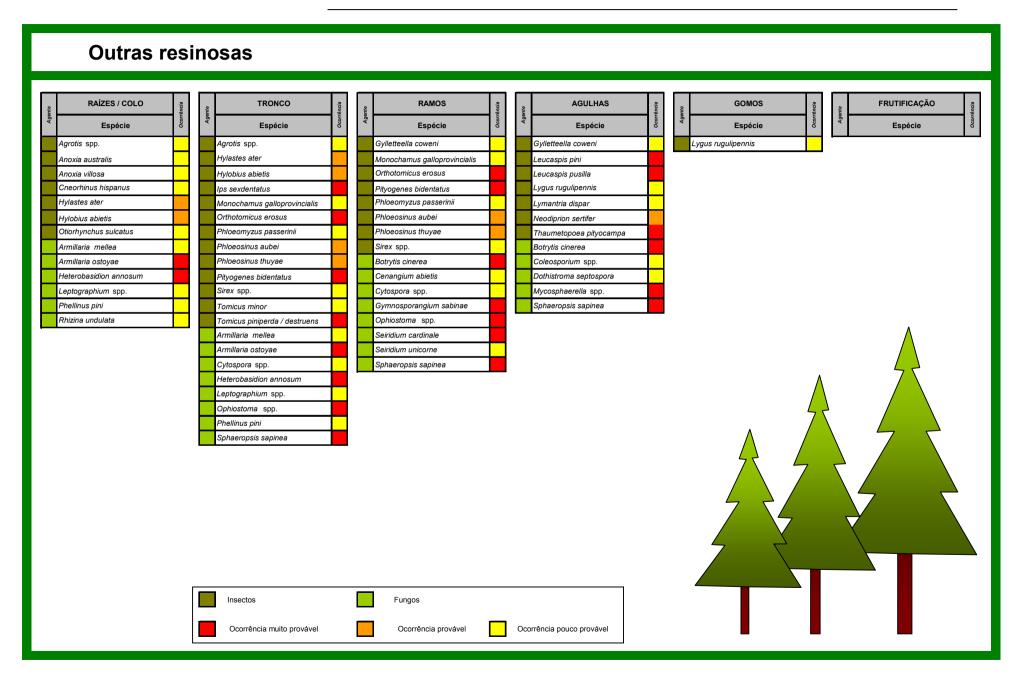
Pinheiros

Insectos **Fungos** LEPIDOPTERA COLEOPTERA **HYMENOPTERA** ASCOMYCOTA BASIDIOMYCOTA **FUNGOS MITOSPÓRICOS** Lymantriidae Scolytidae Pamphilidae Leotiaceae Tricholomataceae Acantholyda hieroglyphica Armillaria ostoyae Lymantria dispar Hylastes ater Cenangium abietis Botrytis cinerea Tortricidae Rhitismataceae lps sexdentatus Diprionidae Coleosporaceae Cytospora spp. Petrova resinella Orthotomicus erosus Diprion pini Elytroderma lusitanicum Coleosporium spp. Dothistroma septospora Rhyacionia buoliana Pityogenes bidentatus Neodiprion sertifer Lophodermium seditiosum Melampsoraceae Leptographium spp. Pyralidae Siricidae Cronartium flaccidum Tomicus minor Ophiostomataceae Sphaeropsis sapinea Dioryctria sylvestrella Tomicus piniperda / destruens Melampsora pinitorqua Sirex spp. Ophiostoma spp. Dioryctria mendacella Curculionidae Helvellaceae Polyporaceae Noctuidae Brachyderes lusitanicus Rhizina undulata Heterobasidion annosum Agrotis spp. Brachyderes incanus Phellinus pini Thaumetopoeidae Cneorhinus dispar Thaumetopoea pityocampa Cneorhinus hispanus Hylobius abietis HEMIPTERA Magdalis memnonia Coccidae Phylobius cloropus Leucaspis pini Pissodes validirostris Leucaspis pusilla Pissodes castaneus Adelgidae Strophosomus capitatus Pineus pini Cerambycidae Aphididae Monochamus galloprovincialis Cinara maritimae Vesperus spp. Phloeomyzus passerinii Elateridae Cercopidae Haematoloma dorsatum Agriotes lineatus Scarabaeidae Miridae Anoxia australis Lygus rugulipennis Anoxia villosa Matsucoccidae Melolontha papposa Matsucoccus fevtaudi



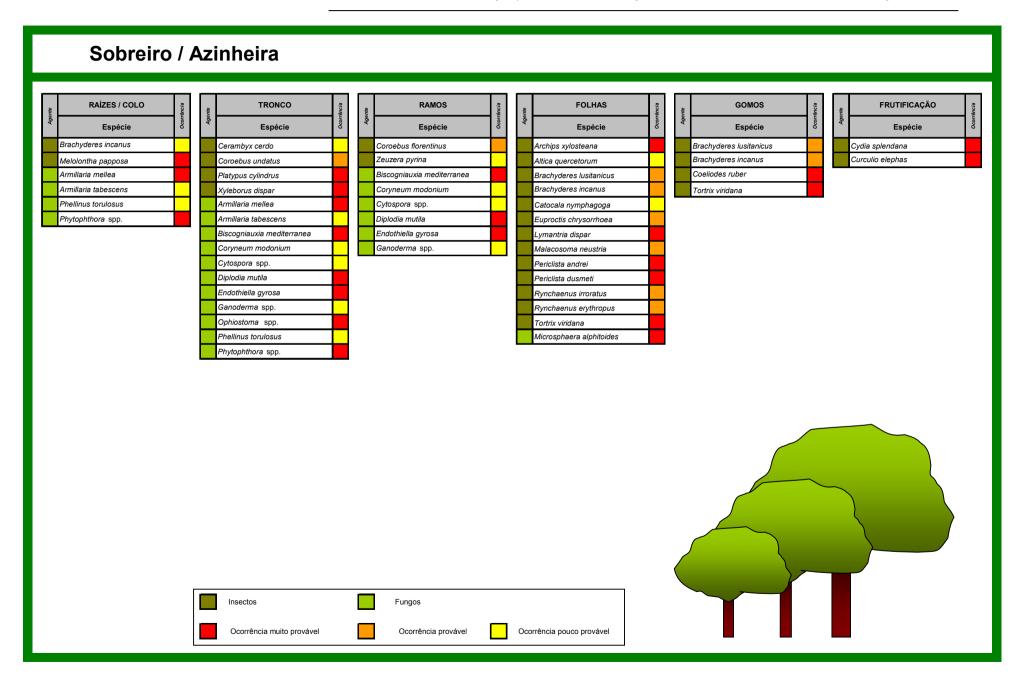
Outras resinosas

Insectos **Fungos** LEPIDOPTERA ASCOMYCOTA COLEOPTERA HYMENOPTERA BASIDIOMYCOTA **FUNGOS MITOSPÓRICOS** Lymantriidae Scolytidae Pamphilidae Dothideaceae Tricholomataceae Mycosphaerella spp. Lvmantria dispar Hylastes ater Neodiprion sertifer Armillaria mellea Botrytis cinerea Noctuidae Siricidae Armillaria ostovae Ips sexdentatus Leotiaceae Cytospora spp. Orthotomicus erosus Sirex spp. Cenangium abietis Coleosporaceae Dothistroma pini Agrotis spp. Phloeosinus aubei Coleosporium spp. Leptographium spp. Thaumetopoeidae Ophiostomataceae Thaumetopoea pityocampa Phloeosinus thuyae Ophiostoma spp. Polyporaceae Seiridium cardinale Pityogenes bidentatus Helvellaceae Heterobasidion annosum Seiridium unicorne Tomicus minor Sphaeropsis sapinea Rhizina undulata Phellinus pini Tomicus piniperda / destruens Puccinaceae Gymnosporangium sabinae Curculionidae Cneorhinus hispanus HEMIPTERA Hylobius abietis Coccidae Otiorhynchus sulcatus Leucaspis pini Cerambycidae Leucaspis pusilla Monochamus galloprovincialis Phloemyzidae Scarabaeidae Phloeomyzus passerinii Anoxia australis Adelgidae Anoxia villosa Gvlletteella coweni Miridae Lygus rugulipennis



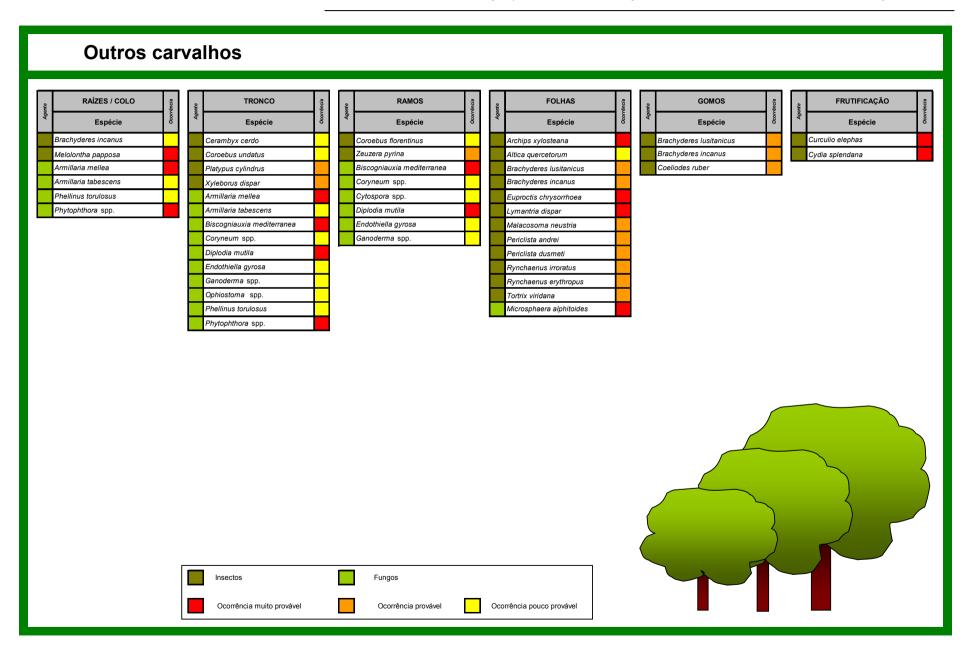
Sobreiro / Azinheira

Fungos Insectos LEPIDOPTERA COLEOPTERA HYMENOPTERA ASCOMYCOTA BASIDIOMYCOTA **FUNGOS MITOSPÓRICOS** Scolytidae Tenthredinidae Tricholomataceae Lasiocampidae Xylareaceae Malacosoma neustria Xyleborus dispar Periclista andrei Biscogniauxia mediterranea Armillaria mellea Coryneum modonium Lymantriidae Platypodidae Periclista dusmeti Erysiphaceae Armillaria tabescens Cytospora spp. Euproctis chrysorrhoea Platypus cylindrus Microsphaera alphitoides Polyporaceae Diplodia mutila Lvmantria dispar Curculionidae Ophiostomataceae Ganoderma spp. Endothiella gyrosa Tortricidae Brachyderes lusitanicus Ophiostoma spp. Phellinus torulosus Archips xylosteana Brachyderes incanus Cydia splendana Coeliodes ruber Tortrix viridana Curculio elephas OOMYCOTA (*) Noctuidae Rynchaenus irroratus Pythiaceae Catocala nymphagoga Rynchaenus erythropus Phytophthora spp. Cossidae Buprestidae Zeuzera pyrina Coroebus florentinus Coroebus undatus Cerambycidae Cerambyx cerdo Chrysomelidae Altica quercetorum Scarabaeidae Melolontha papposa (*) Reino CHROMISTA

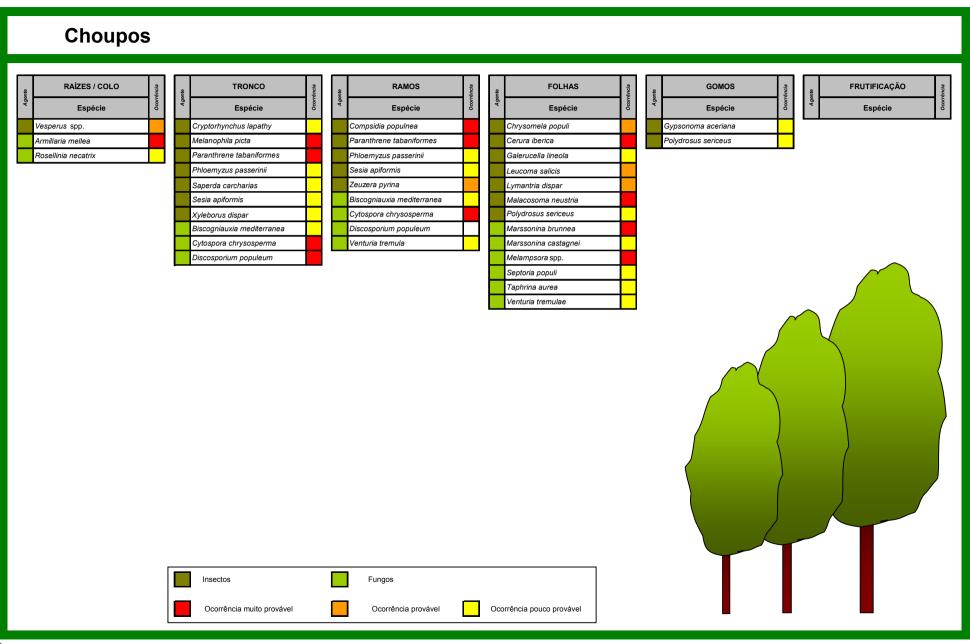


Outros carvalhos

Insectos **Fungos** LEPIDOPTERA COLEOPTERA **HYMENOPTERA** ASCOMYCOTA BASIDIOMYCOTA FUNGOS MITOSPÓRICOS Lasiocampidae Scolytidae Tenthredinidae Xvlareaceae Tricholomataceae Periclista andrei Armillaria mellea Malacosoma neustria Xyleborus dispar Biscogniauxia mediterranea Coryneum spp. Lymantriidae Platypodidae Periclista dusmeti Erysiphaceae Armillaria tabescens Cytospora spp. Platypus cylindrus Diplodia mutila Euproctis chrysorrhoea Microsphaera alphitoides Polyporaceae Lymantria dispar Curculionidae Ophiostomataceae Ganoderma spp. Endothiella gyrosa Tortricidae Brachvderes lusitanicus Ophiostoma spp. Phellinus torulosus Archips xylosteana Brachyderes incanus Cydia splendana Coeliodes ruber Tortrix viridana Curculio elephas OOMYCOTA (*) Cossidae Rynchaenus irroratus Zeuzera pyrina Rynchaenus erythropus Pythiaceae Buprestidae Phytophthora spp. Coroebus florentinus Coroebus undatus Cerambycidae Cerambyx cerdo Chrysomelidae Altica quercetorum Scarabaeidae Melolontha papposa (*) Reino CHROMISTA

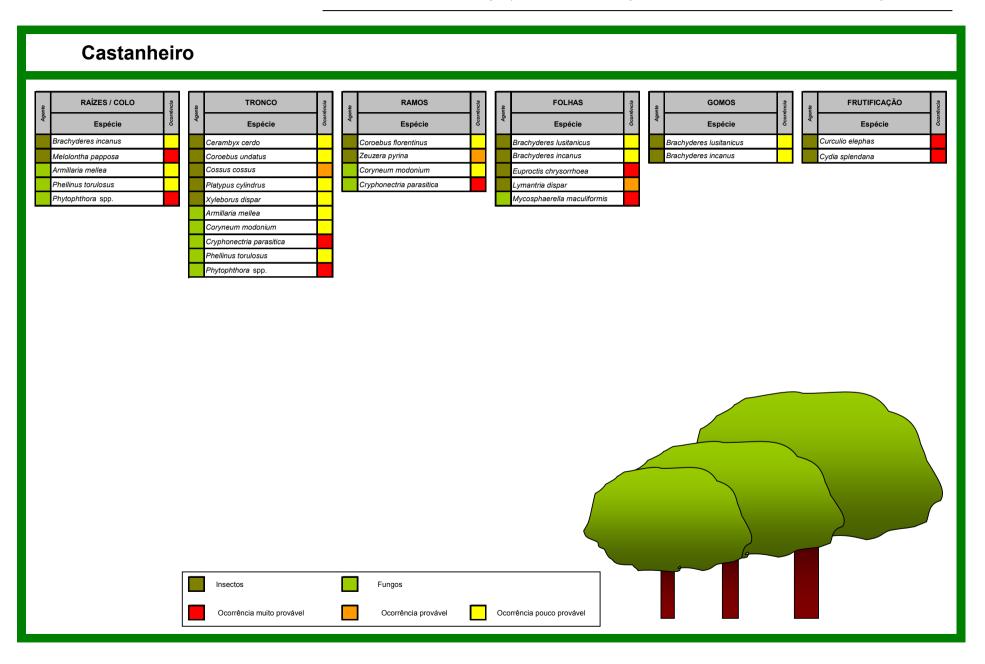


Choupos Insectos **Fungos** LEPIDOPTERA COLEOPTERA HEMIPTERA ASCOMYCOTA BASIDIOMYCOTA FUNGOS MITOSPÓRICOS Scolytidae Phloemyzidae Xylareaceae Tricholomataceae Malacosoma neustria Xyleborus dispar Phloeomyzus passerinii Biscogniauxia mediterranea Armillaria mellea Cytospora chrysosperma Lymantriidae Curculionidae Rosellinia necatrix Melampsoraceae Discosporium populeum Leucoma salicis Cryptorhynchus lapathy Melampsora spp. Marssonina brunnea Taphrinaceae Lymantria dispar Polydrosus sericeus Taphrina aurea Marssonina castagnei Tortricidae Buprestidae Septoria populi Venturiaceae Gypsonoma aceriana Melanophila picta Venturia tremulae Chrysomelidae Sessidae Paranthrene tabaniformes Galerucella lineola Sesia apiformis Chrysomela populi Notodontidae Cerambycidae Cerura iberica Compsidia populnea Cossidae Saperda carcharias Zeuzera pyrina Vesperus spp.

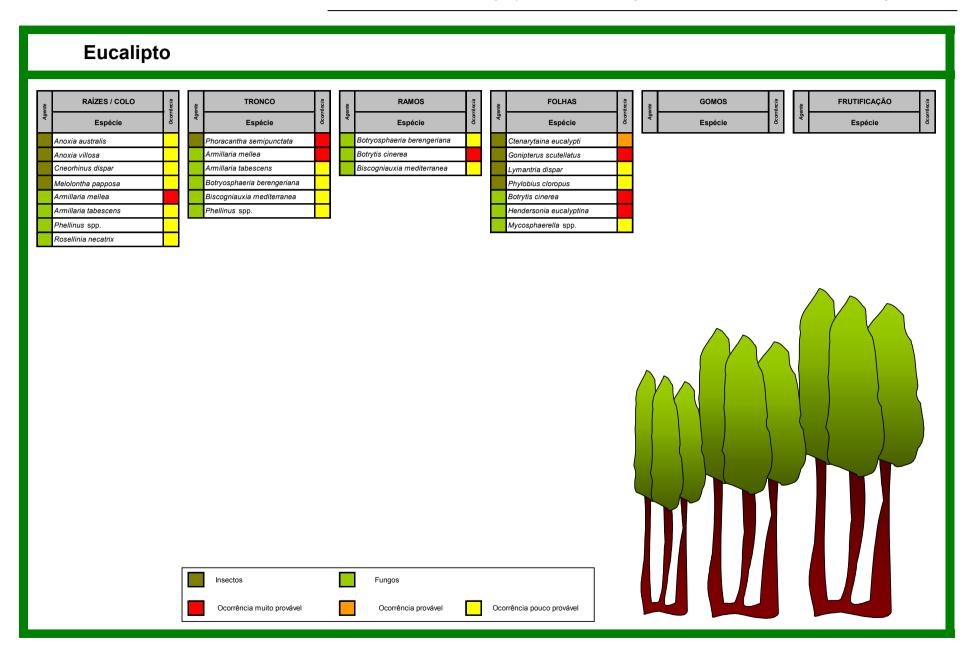


Castanheiro

Insectos **Fungos** LEPIDOPTERA ASCOMYCOTA COLEOPTERA BASIDIOMYCOTA FUNGOS MITOSPÓRICOS Lymantriidae Scolytidae Dothideacea Tricholomataceae Xyleborus dispar Mycosphaerella maculiformis Armillaria mellea Coryneum modonium Euproctis chrysorrhoea Platypodidae Lymantria dispar Diaporthaceae Polyporaceae Platypus cylindrus Phellinus torulosus Tortricidae Cryphonectria parasitica Cydia splendana Curculionidae OOMYCOTA (*) Cossidae Brachvderes lusitanicus Cossus cossus Brachyderes incanus Pythiaceae Curculio elephas Zeuzera pyrina Phytophthora spp. Buprestidae Coroebus florentinus Coroebus undatus Cerambycidae Cerambyx cerdo Scarabaeidae Melolontha papposa (*) Reino CHROMISTA

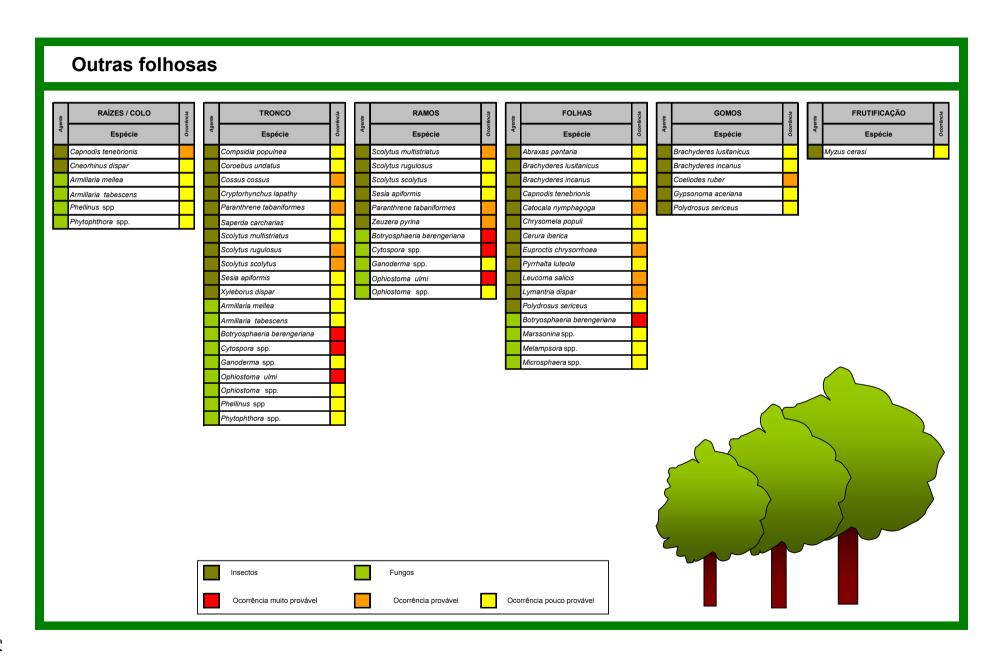


Eucalipto Insectos **Fungos** LEPIDOPTERA ASCOMYCOTA COLEOPTERA HEMIPTERA BASIDIOMYCOTA **FUNGOS MITOSPÓRICOS** Lymantriidae Curculionidae Psyllidae Xylareaceae Tricholomataceae Ctenarytaina eucalypti Lymantria dispar Cneorhinus dispar Biscogniauxia mediterranea Armillaria mellea Botrytis cinerea Gonipterus scutellatus Rosellinia necatrix Armillaria tabescens Hendersonia eucalyptina Phylobius cloropus Dothideaceae Polyporaceae Cerambycidae Botryosphaeria berengeriana Phellinus spp. Phoracantha semipunctata Mycosphaerella spp. Scarabaeidae Anoxia australis Anoxia villosa Melolontha papposa



Outras folhosas

Insectos **Fungos** LEPIDOPTERA ASCOMYCOTA COLEOPTERA HEMIPTERA BASIDIOMYCOTA **FUNGOS MITOSPÓRICOS** Aphididae Lymantriidae Scolytidae Erysiphaceae Tricholomataceae Euproctis chrysorrhoea Scolytus multistriatus Myzus cerasi Microsphaera spp. Armillaria mellea Cytospora spp. Lvmantria dispar Scolytus rugulosus Ophiostomataceae Marssonina spp. Armillaria tabescens Scolytus scolytus Leucoma salicis Melampsoraceae Ophiostoma ulmi Tortricidae Xyleborus dispar Ophiostoma spp. Melampsora spp. Gypsonoma aceriana Curculionidae Dothideaceae Polyporaceae Cossidae Brachvderes Iusitanicus Botryosphaeria berengeriana Ganoderma spp. Brachyderes incanus Cossus cossus Phellinus spp. Zeuzera pyrina Cneorhinus dispar OOMYCOTA (*) Coeliodes ruber Noctuidae Cryptorhynchus lapathy Pythiaceae Catocala nymphagoga Notodontidae Polydrosus sericeus Phytophthora spp Cerura iberica Buprestidae Geometridae Capnodis tenebrionis Abraxas pantaria (*) Coroebus undatus Sessidae Chrysomelidae Paranthrene tabaniformes Pyrrhalta luteola (**) Sesia apiformis Chrysomela populi Cerambycidae Compsidia populnea Saperda carcharias (*) Só em Freixo (*) Reino CHROMISTA (**) Em Freixo e Ulmeiro

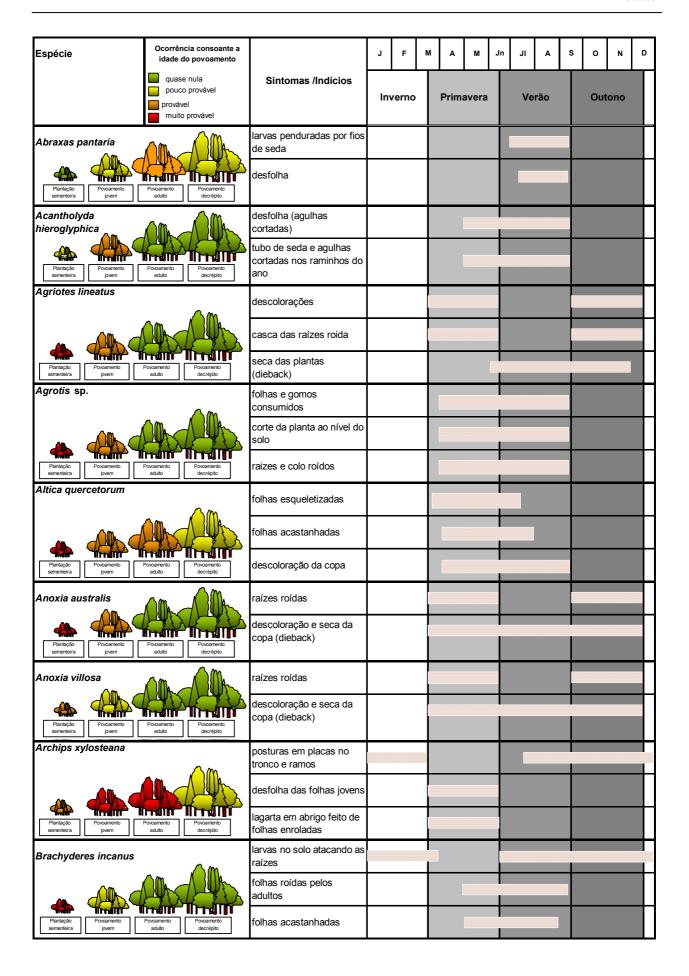


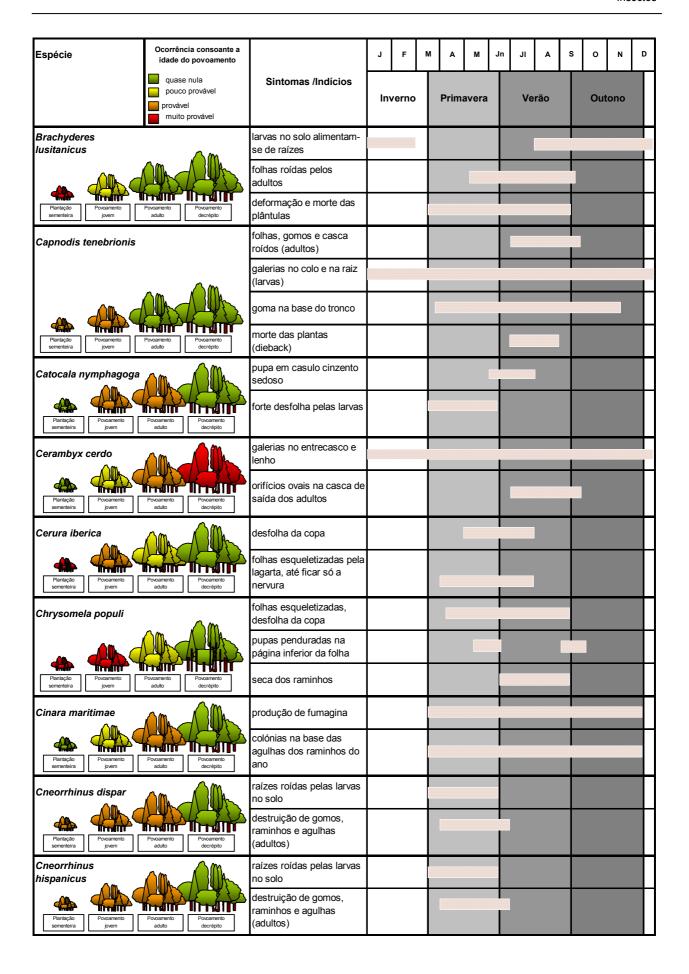
ANEXO II

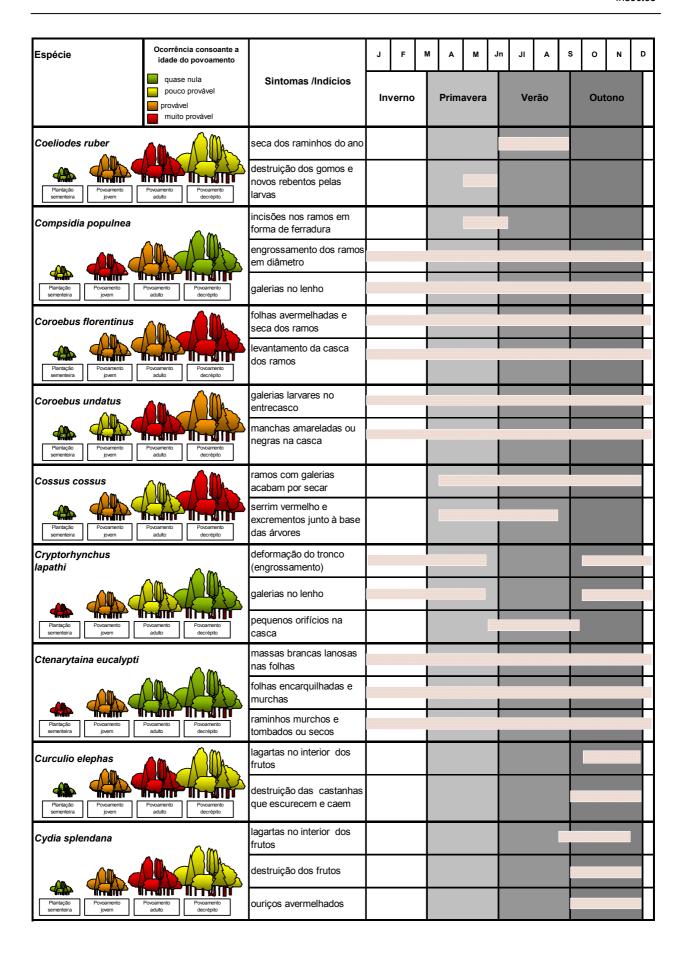
Padrão temporal dos sintomas e indícios das principais pragas e doenças da floresta

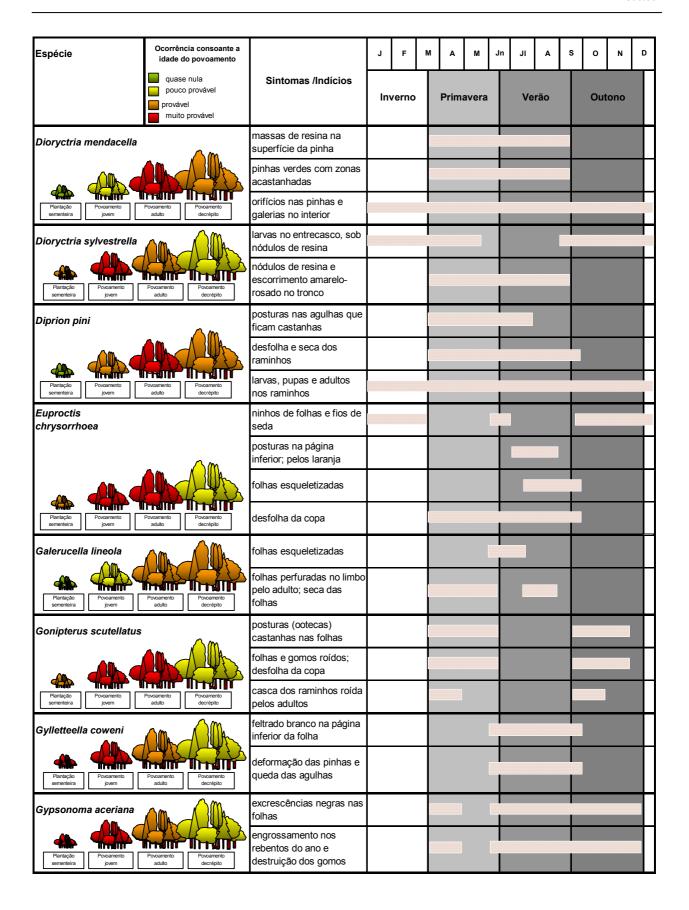
Os agentes bióticos são apresentados em duas listagens: A primeira correspondente às pragas e a segunda às doenças. Para cada listagem os agentes estão ordenados por ordem alfabética (independentemente do hospedeiro) e são identificados os principais sintomas/indícios que podem ser visualizados em cada época do ano. Indica-se ainda a probabilidade de ocorrência consoante a idade do povoamento.

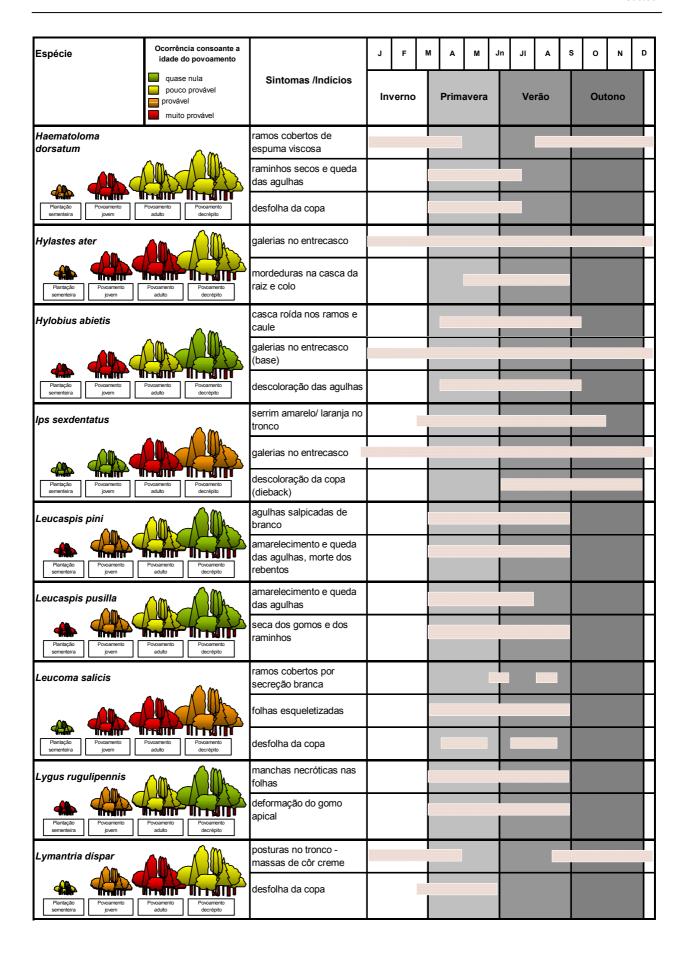
INSECTOS

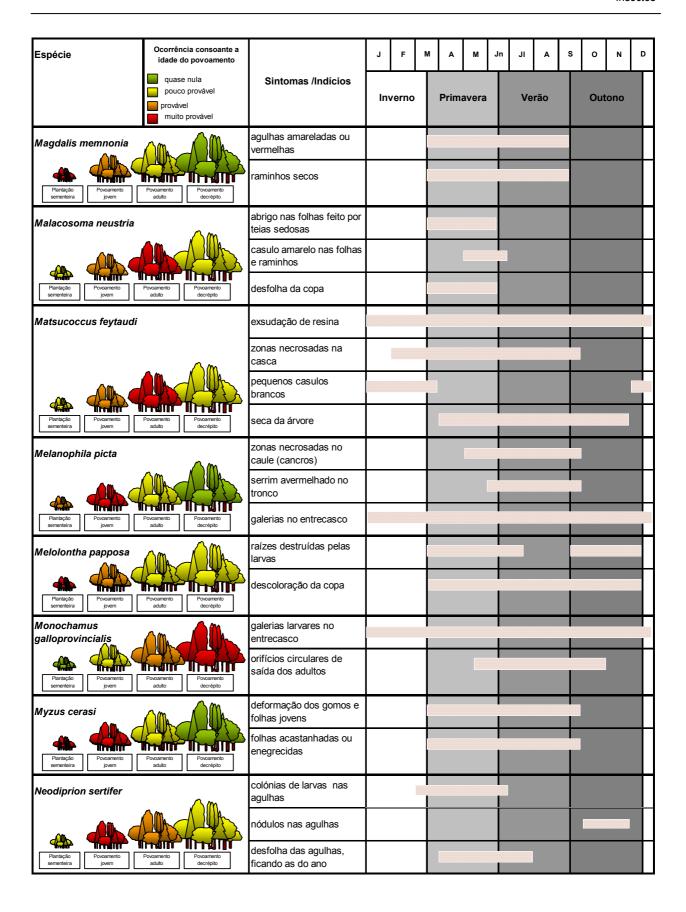


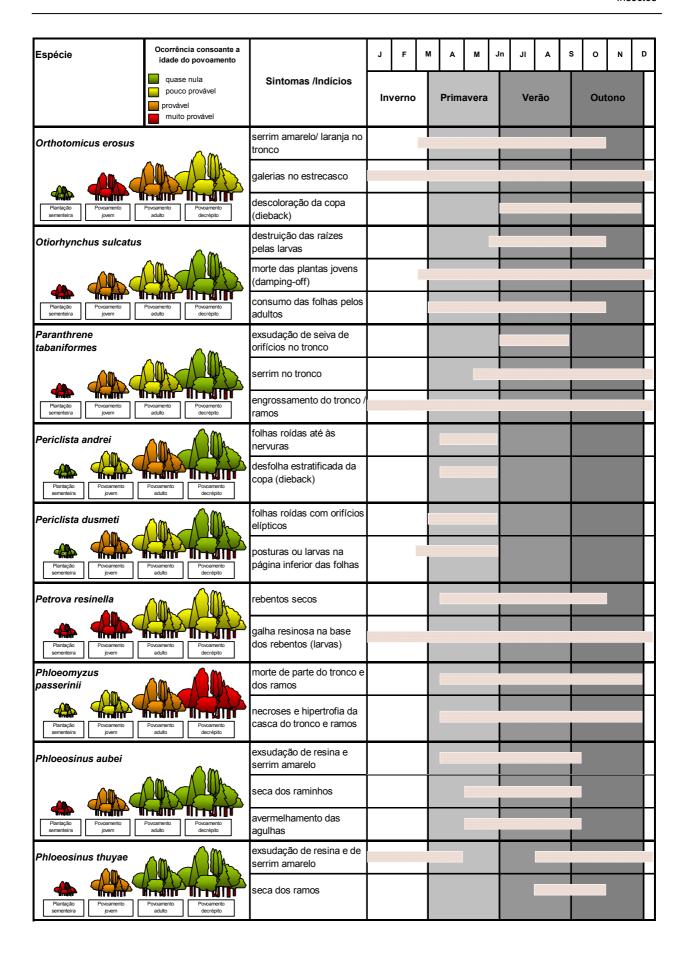


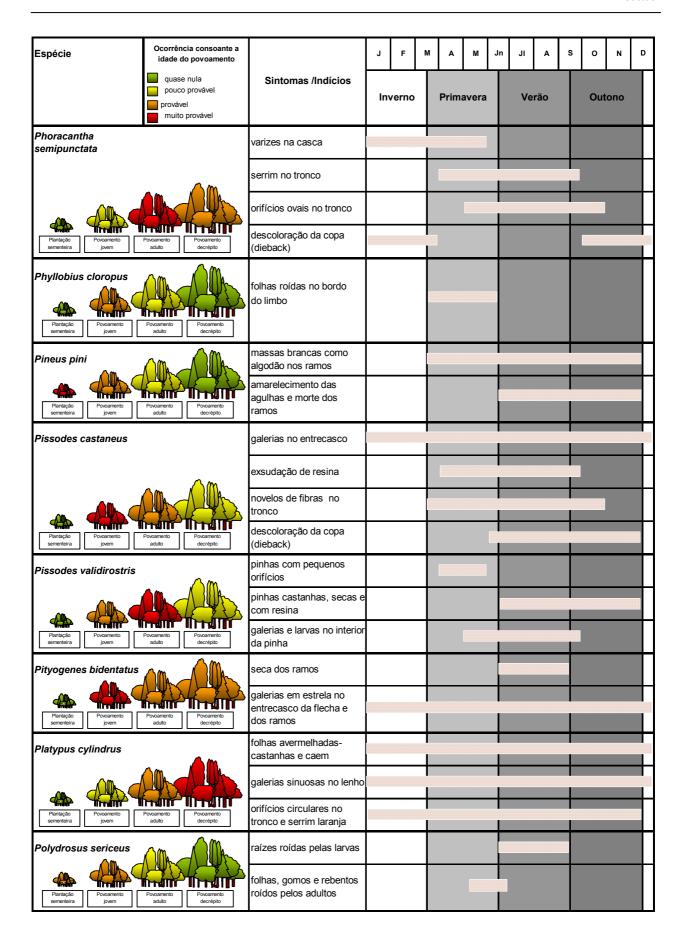


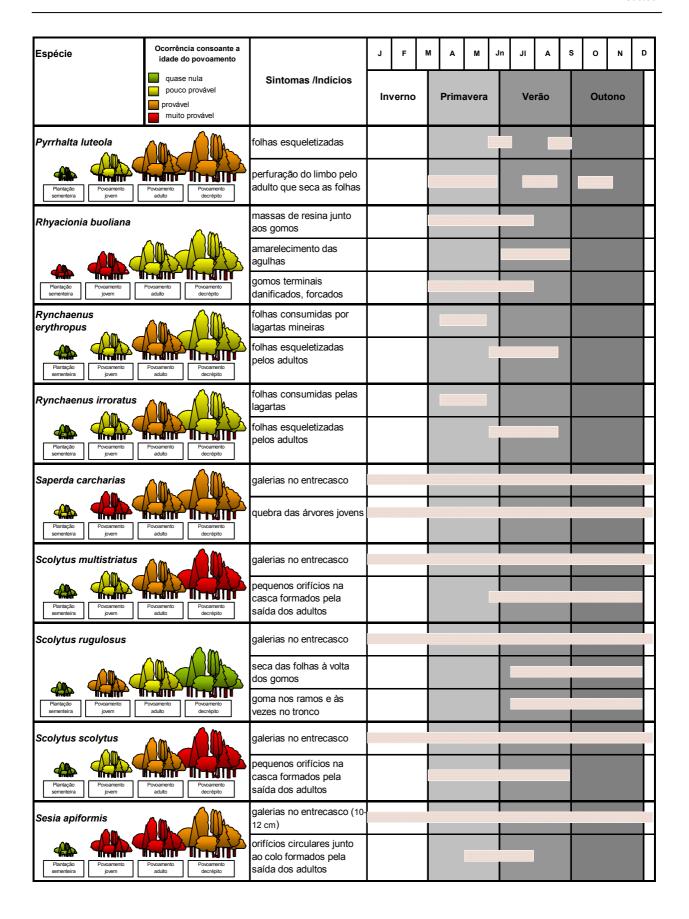


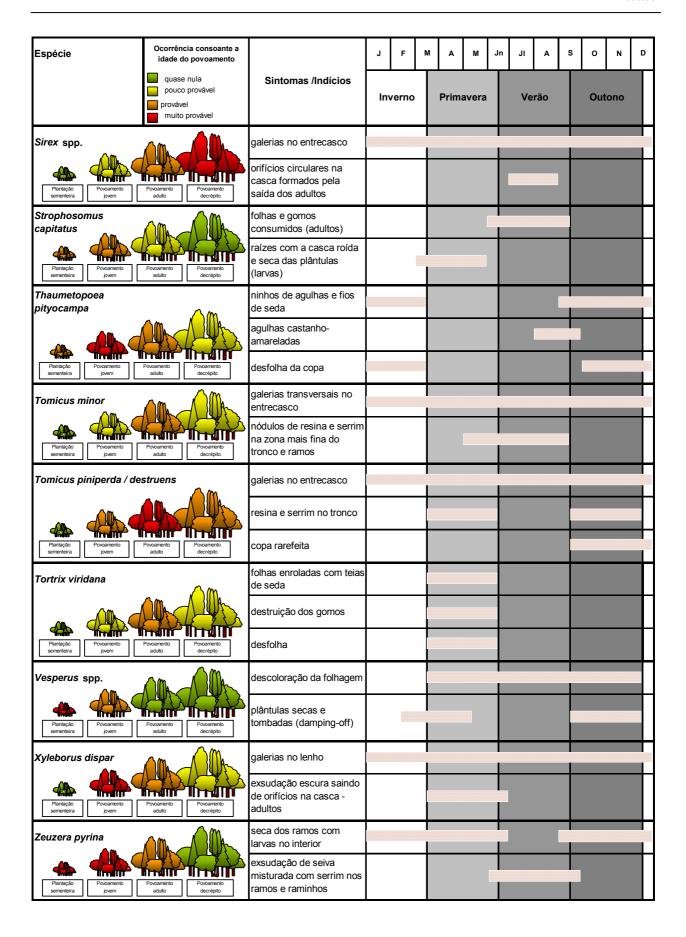




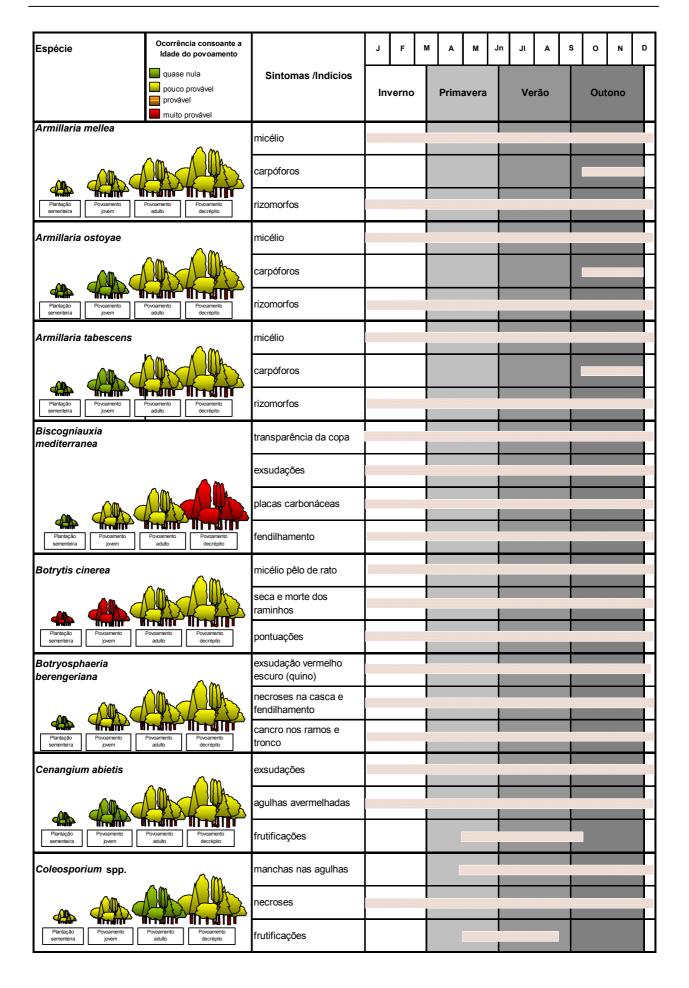


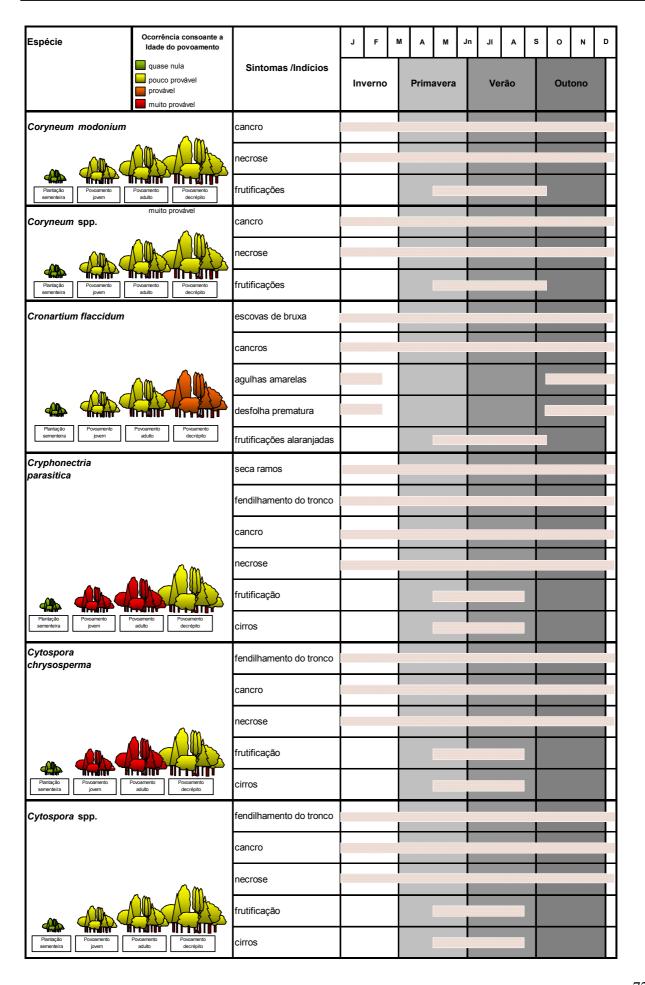


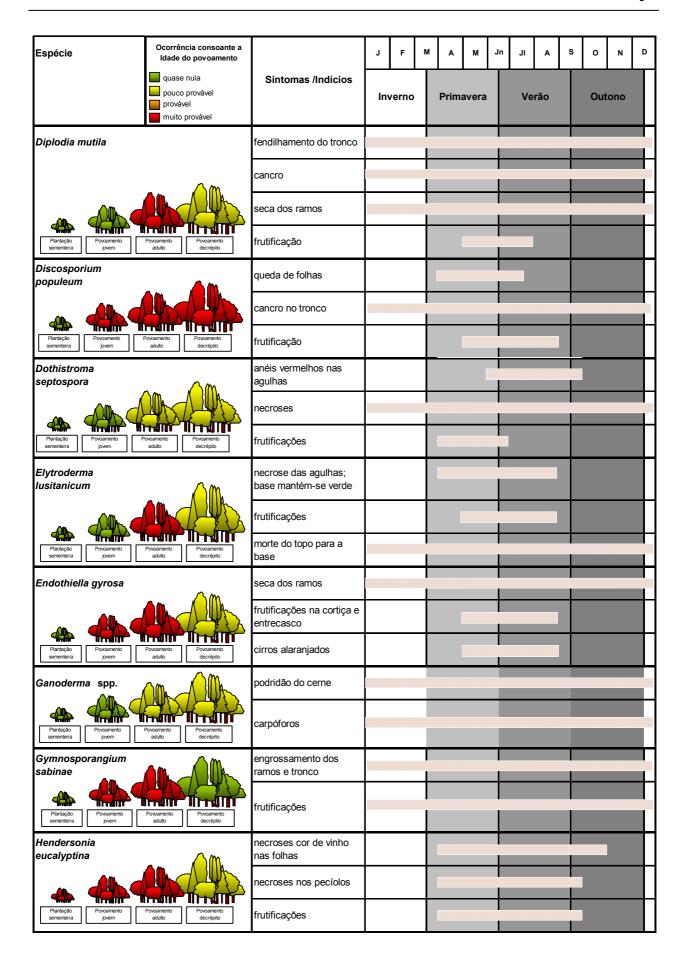


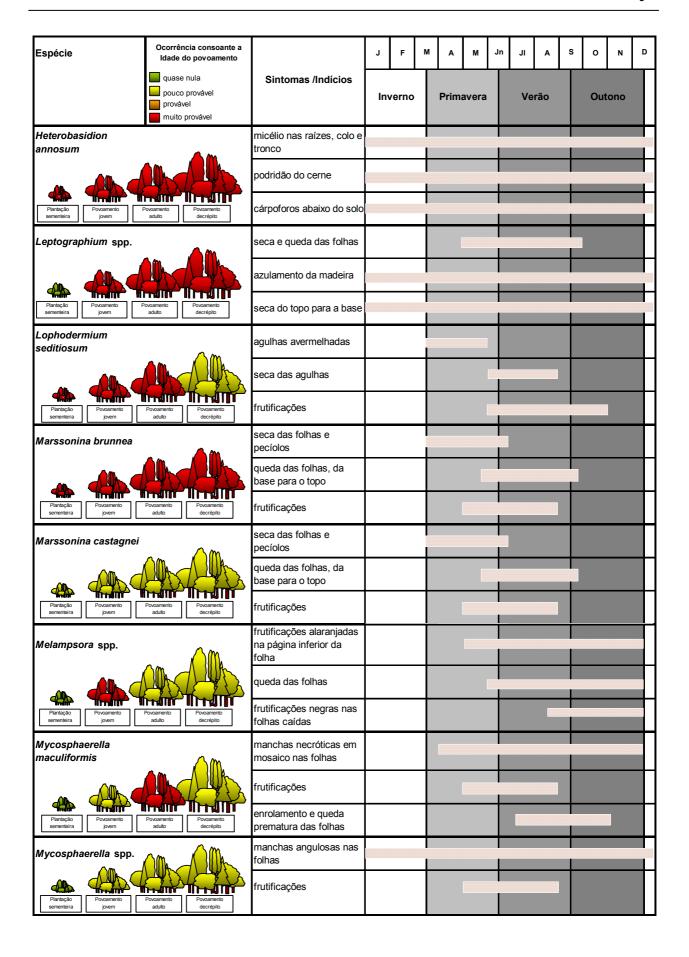


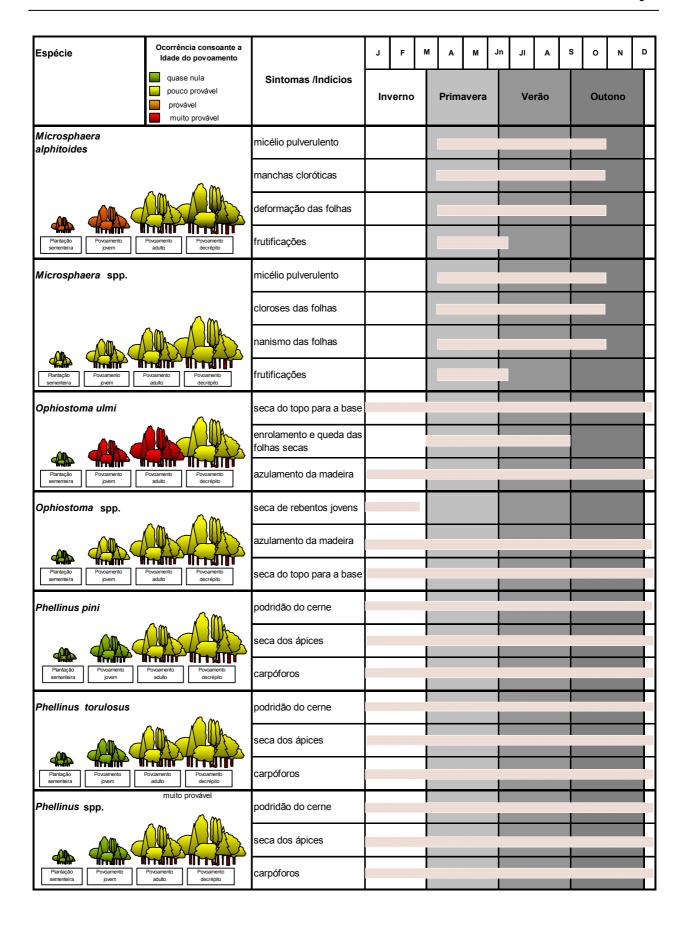
FUNGOS

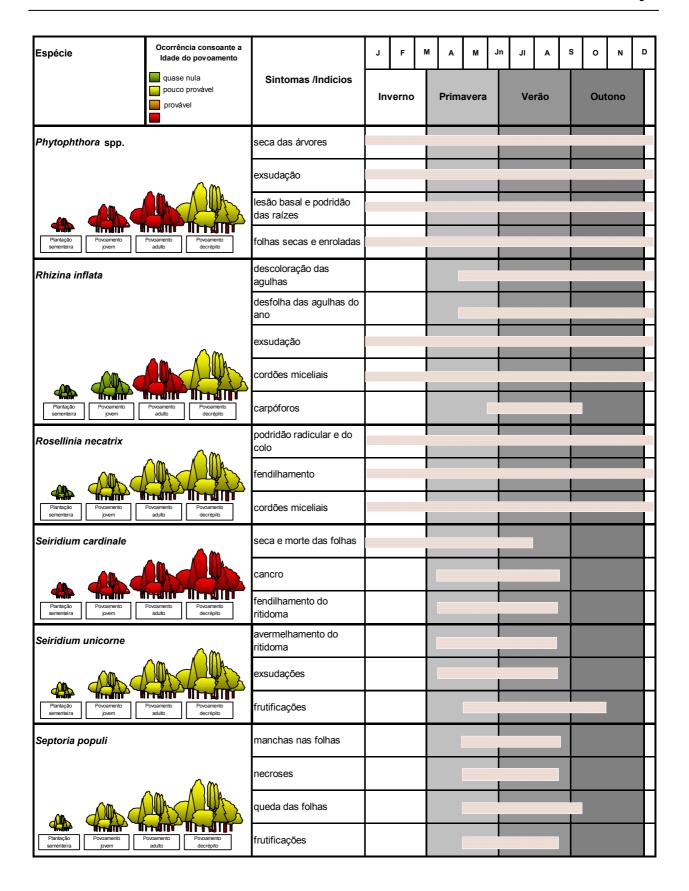












Espécie	quase nula pouco provável provável		J F		М	M A M Primavera		Jn	Jn JI A Verão		s	S O N Outono		D
Shaeropsis sapinea	muito provável	cancros no troco e ramos										_		
		avermelhamento da copa do topo para base												
	.	seca das agulhas												
Plantação Povcamento Povcamento Jovem adulto decrépito		frutificações												
Taphrina aurea	Taphrina aurea													
														Ш
Plantação sementeira Povoamento aduto Povoamento decrépito		frutificações												
Venturia tremula		manchas nas folhas												
Plantação sementeira Povoamento jovem	frutificações													

ANEXO III

Fichas de campo para implementação do programa de prospecção de agentes bióticos a nível nacional

ANEXO III.a

Ficha de caracterização global de cada ponto de amostragem

	FICHA DE CARACTERIZAÇÃO GLOBAL								Equipa															
	LOCALIZAÇÃO									DA	TA DE	OBS	ERVA	ČÃO										
Parcela	a de amo	ostrage	m:									Alteraç	ões à le	ocalizaç	ão:					dia		mês		ino
N°					Ш		rede 2	km x 2	km				À				graus							\neg
Cool	rdenada	x						N	E			° -(270	90° E			metros			Е	STA	00 DO	TEMP	0
Cool	rdenada	y						s	0	Ш			\frac{1}{s}											
											IDEN	TIFIC	AÇÃO											一
Nome	da propi	riedade	:						Concelh	0:			Fregue	sia:			Local:							\neg
																								- 1
																								- 1
Nome	do prop	rietário							Contacto) :			Morada	a:										\neg
																								- 1
L																								
										C	ARAC	TERI	ZAÇÃ	0										\neg
		DC	LOC	AL											POV	DAME	NTO							\neg
													C					Ges	stão					П
	용					gg		erto	./ha)	·			Estádio de desenvolvimento		ores	.p					ais		9	.s
on.	Profundidade do solo	fia	ão	n)	o o	Outras características	ção	Vegetação sob-coberto	Densidade (nº de árv./ha)	Espécie florestal (*)	_	g	ivolvi	Regime cultural	Distribuição das árvores	Estado fitossanitário					Intervenções culturais	S	Intervenções no solo	incêndios florestais
Litologia	dade	Topografia	Exposição	Altitude	Declive	aract	Composição	o sok	(n° d	flore	Origem	Estrutura	Jeser	no ət	so da	itoss	ei ra	ina	ig.	<u>ra</u>	,ões (Despojos	ções	os flo
5	fund	Тор	Ĕ	⋖	Ω	as	Con	taçã	dade	pécie	0	ß	ge	Regin	puiçã	ado f	Madeira	Resina	Cortiça	Outra	venç	De	rven	ŝ
	Pro					Out		Vege	Densi	Es			stádic		Distri	Est					Inte		Inte	<u>n</u>
													ш											
																								П
ட	Ш			$ldsymbol{ld}}}}}}$									L	Ш					L	L				ш
(+) Os	s códiç	gos de	este it	em de	vem s	er ind	icados	por o	rdem d	ecres	cente (de imp	ortân	cia										
	BSEF	RVΔ(CÕE:	s ·																				〓
			,	•																				\dashv
																								\neg
	DEDCLIDED								뻭															
\vdash	PERCURSO								\dashv															
	Nenhi	um				A - de	ensida	de ≥ 2	00 árvo	ores/ha	a			ncia		N			_			gra	aus	- 1
e e														ore referência	/		00							- 1
Tipo														re re	0 1/2	70		≯ E						- 1
	B - densidade < 200 árvores/ha C - plantações jovens metros							- 1																
L	<u> </u>													Ľ		s								
Orio	Orientação do percurso																							
l	Percurso inicial 2 km x 2 km																							
l							_			_							(9)						- 1
l	Percu	irso a	dicion	al		N					graus				_			**						
l															,					0° N				
l	Percu	irso a	dicion	al		S		١.		_	graus		:	2000 4 ()—	((}))	_(°) [→ E 90°			
l						_		ı							\$ 180°		7			\$ 180°				
l	Percu	irso a	diciona	aí		Е				_	graus						7	X	_					, I
l	Percu	ireo o	dicion	al		0											n_()	۔ ا	-		cela de carac ício do percu		
l	reicu	iis∪ d(JICIOI1	ai		U				_	graus					270*	Ψ-"	₹ ~ E 90	<u>- </u>					'
																	\$ 180	•						_

CÓDIGOS

Caracterização do local

Litologia

Código	Material originário
10	Xisto
20	Granito
30	Arenitos
40	Areias
50	Calcários
60	Outro

Profundidade do solo

Código	Espessura útil (cm)
10	<10
20	10 - 25
30	25 - 40
40	> 40

Topografia

Código	Classes
10	Vale
20	Encosta
30	Cumeada
40	Plano

Exposição

Código	Classes (° / grados)
00	Sem exposição definida
10	Norte (315 - 45 / 350 - 50)
20	Este (45 -135 / 50 - 150)
30	Sul (135 - 225 / 150 - 250)
40	Oeste (225 - 315 / 250 - 350)

Altitude

Código	Classes (metros)
10	0 - 249
20	250 - 499
30	500 - 749
40	750 - 999
50	≥ 1000

Declive

Código	Classes (%)
00	Plano <3
10	Ligeiro 3 - 9
20	Moderado 10 - 19
30	Acentuado 20 - 29
40	Muito acentuado ≥ 30

Outras características

Código	Classes		
00	Nada a salientar		
10	Pedregosidade (pedras de ø médio inferior a 25 cm)		
11	Média (1-15 % de cobertura do solo)		
12	Elevada (> 15 % de cobertura do solo)		
20	Com afloramentos rochosos (cobertura do solo com pedras de ø superior		
	a 25 cm em mais de 15%)		
30	Linhas de água		
31	Existente no local (0,5 ha)		
32	Próxima (2 ha)		
33	Distante (> a 2 ha)		

Caracterização do povoamento

Composição

- **10** *Puro* Quando o povoamento é predominantemente composto por uma só espécie florestal (representatividade > 90%);
- **20** *Misto* Quando o povoamento é constituído por mais de uma espécie florestal sem que nenhuma delas atinja 90% de representatividade.

Vegetação sob-coberto

Código	Classes	
00	Sem vegetação	
10	Com mato	
20	Com cereal	
30	Com pastagem	
40	Outro tipo de vegetação	

Origem

- 10 Natural: povoamento que não resultou da intervenção humana e que apresenta uma diversidade de espécies florestais
- 20 Regeneração natural: povoamento que resultou ou aparenta resultar de regeneração natural no qual há uma dominância de uma só espécie florestal;
- **30** *Artificial:* povoamento que resultou de uma intervenção humana
 - **31 Sementeira** povoamento que resultou de sementeira manual ou mecânica;
 - **32 Plantação** povoamento que resultou da plantação de plantas previamente produzidas em viveiro.

Estrutura

- **10 Regular** Caso o povoamento florestal seja constituído por árvores de uma mesma classe de idade;
- **20 Irregular** Caso o povoamento florestal seja constituído por árvores de diferentes classes de idade.

Estado de desenvolvimento

- 10 Muito jovem Caso o povoamento florestal seja constituído por árvores até 5 anos de idade (resinosas) ou 10 anos (folhosas);
- 20 Jovem Caso o povoamento florestal seja constituído por árvores até 15 anos (resinosas) ou 35 anos (folhosas);
- **30 Meia idade** Caso o povoamento florestal seja constituído por árvores até 40 anos (resinosas) ou 60 anos (folhosas);
- 40 Adulto Caso o povoamento florestal seja constituído por árvores com mais de 40 anos (resinosas) ou mais de 60 anos (folhosas);
- **50 Decrépito** Caso o povoamento florestal seja constituído por árvores que aparentem um estado de envelhecimento visível (normal ou prematuro) que ponha em causa a manutenção a curto/médio prazo (5-10 anos) do povoamento.

Espécie Florestal

Código	Espéc	ie florestal
10	Pinheiros	
11		Pinheiro-bravo
12		Pinheiro-manso
13		Pinheiro de alepo
14		Pinheiro-silvestre
15		Pinheiro-insigne
16		Pinheiro-negro
19		Outro pinheiro
20	Outras resinosas	
21		Pseudotsuga
22		Abeto
23		Cedro
24		Cipreste
25		Picea
26		Larício
29		Outra
30	Carvalhos	
31		Sobreiro
32		Azinheira
33		Carvalho negral
34		Carvalho português
35		Carvalho roble
39		Outro
40	Eucalipto	
41		Eucalipto glóbulo
49		Outro
50	Outras folhosas	
51		Castanheiro
52		Choupo
53		Ulmeiro
54		Nogueira
55		Bétula
56		Faia
57		Acácia
58		Alfarrobeira
59		Outra

Regime cultural

- 10 Alto fuste Quando o povoamento provem de sementeira ou plantação (um eucaliptal antes do 1º corte deve ser integrado nesta classe);
- **20** *Talhadia* Quando o povoamento provem de rebentos ou pôlas de origem caulinar ou radicular;
- **30 Talhadia composta** Quando o povoamento provem da conjugação dos dois regimes anteriores.

Distribuição das árvores

- **10 Homogénea** Quando a distribuição das árvores ocorre de um modo regular e uniforme em todo o povoamento;
- 20 *Irregular* Quando a distribuição das árvores ocorre de um modo irregular e heterogéneo em todo o povoamento;
- **30 Em manchas** Quando a distribuição das árvores ocorre em manchas de um modo regular ou irregular.

Estado fitossanitário

Código	Estado fitossanitário				
10	Sem problemas	Ausência de sintomas ou danos			
20	Com problemas	Presença de sintomas ou danos			
21		Localizados			
22		Generalizados			

Gestão

Código	MADEIRA						
10	Sem cortes de realização	Sem sinais de abate de árvores					
20	Com cortes de realização recentes	Com sinais de abate recente de árvores					
21	Rasos	Abate total das árvores da parcela					
22	Sucessivos	Abate total de árvores em faixas ou manchas escalonados no tempo					
23	Salteados	Abate parcial de algumas árvores do povoamento					
30	Com cortes de realização antigos	Com sinais de abate de árvores há mais de 3 anos					

Código	CORTIÇA					
00	Árvores não descortiçadas		Sobreiros não explorados ou árvores jovens			
100	Algumas árvores não descortiçada	ıs	Povoamento com algumas árvores não descortiçadas			
110	Só uma tiragem de 9 em 9	anos	Povoamento com todas as árvores a serem descortiçadas no mesmo ano			
120	Mais de uma tiragem de 9 e	em 9 anos	Povoamento em que as árvores são descortiçadas em diferentes anos			
121	Me	eças	Todos os sobreiros com duas ou mais tiradas de cortiça			
122	Pa	au batido	Todos os sobreiros com uma única tirada de cortiça			
123	An	mbas	Existência de sobreiros explorados em meças e em pau batido			
200	Todas as árvores descortiçadas		Povoamento com todas as árvores descortiçadas			
210	Só uma tiragem de 9 em 9	anos	Povoamento com todas as árvores a serem descortiçadas no mesmo ano			
220	Mais de uma tiragem de 9 e	em 9 anos	Povoamento em que as árvores são descortiçadas em diferentes anos			
221	Me	eças	Sobreiros com duas ou mais tiradas de cortiça			
222	Pa	au batido	Todos os sobreiros com uma única tirada de cortiça			
223			Existência de sobreiros explorados em meças e em pau			
	An	mbas	batido			

Código	RESINA	
10	Sem resinagem	
20	Com resinagem (à vida	
	ou à morte)	

Código	OUTRA
10	Produção de fruto
20	Exploração cinegética
30	Silvopastorícia
40	Lazer

Intervenções culturais

Código	Classes		
00	Sem intervenção		
10	Com intervenção		
11	Limpezas		Remoção de material sem valor comercial ou eliminação de indivíduos na fase de nascedio
12	Desbastes		Corte de intervenção selectiva escolhendo as árvores que deverão constituir o povoamento
13	Desramações	ou podas	Corte de ramos vivos ou mortos
14	Cortes sanitá	rios	Existência de cepos provenientes do abate de árvores mortas ou decrépitas

Despojos

Código	Classes			
00	Sem despojos			
10	Com despojos			
11		Do ano		
12		De mais de 1 ano		

Intervenção no solo

Código	Classes				
00	Sem intervenção				
10	Com intervenção				
11		Corte de matos			
12		Mobilização recente do terreno			

Incêndios florestais

Código	Classes				
00	Sem indícios				
10	Com indícios				
11		Do ano			
12]	De mais de 1 ano			

Percurso

Nenhum - Se não existirem sintomas ou danos em nenhuma árvore dentro da parcela de amostragem (floresta sem problemas fitossanitários) não será accionado nenhum percurso de diagnóstico;

- Tipo A Para povoamentos de densidade igual ou superior a 200 árvores/ha;
- Tipo B Para povoamentos de densidade inferior a 200 árvores/ha;
- **Tipo C** para plantações muito jovens (povoamento florestal constituído por resinosas até 5 anos de idade ou por folhosas até 10 anos de idade).

ANEXO III.b

Ficha de diagnóstico

\land	FICHA DE Parcela de amos			ostragem	ragem Percurso			Data de Observação H. de início		
DI DI	AGNÓS		lг			Tipo P. adic	ional	dia n	nês ano	
				CABAC	TEDIZAÇÃ	O DO HOSPEDEIF			H. de	conclusão
					IERIZAÇA	J DO HOSPEDEIR	<u> </u>			o s
Posicionamento	Espécie	DAP / CAP	Desfolha	Observações	Órgão afectado	Danos	Localização	Presença de Agentes	Nº da amostra	Identificação do agente Observações
					⊢					
					⊢					
					<u> </u>					
					⊢—					
					⊢					
					⊢					
					_					
					⊢					
					⊢					
					⊢					
					⊢					
					-					
					\vdash					
									<u> </u>	

Códigos

Posicionamento

Código	Tipo de percurso	Caminho	Ár	vore
10000	В		•	
11000		1º Caminho (ida)		
11n			n:	= N° da árvore (001 a 999)
12000		2º Caminho (volta)	<u> </u>	
12n			n:	= N° da árvore (001 a 999)
20000	AeC			
21000		1º Caminho (ida)		
21100		•	1º ponto de	e observação
211n				n = N° da árvore (01 a 10)
21200			2º ponto de	e observação
212n				n = N° da árvore (01 a 10)
21300			3º ponto de	e observação
213n				n = N° da árvore (01 a 10)
22000		2º Caminho (volta)		
22100		•	4º ponto de	e observação
221n				n = N° da árvore (01 a 10)
22200			5º ponto de	e observação
222n				n = N° da árvore (01 a 10)
22300			6º ponto de	e observação
223n				n = Nº da árvore (01 a 10)

Classes de DAP/CAP

Código	Classes de DAP	Código	Classes de CAP (sobreiro e azinheira)
10	<7,5 cm	10	≤ 35 cm
20	7,5 - 17,4 cm	20	36 - 70 cm
30	17,5 - 27,4 cm	30	71 - 120 cm
40	27,5 - 37,4 cm	40	121 - 200 cm
50	≥ 37,5 cm	50	≥ 200 cm

Classe de desfolha

Código	Classes				
00	0 - 10 % de desfolha	Sem danos			
10	11 - 25 % de desfolha	Danos ligeiros			
20	26 - 50 % de desfolha	Danos moderados			
30	51 - 90 % de desfolha	Danos acentuados			
40	> 90 % de desfolha	Danos muito acentuados			
50	Árvore morta				

Órgão afectado

Código	ORGÃO AFECTADO									
10	Gomos									
20	Folhas / Agulhas									
30	Frutificação/Fruto									
40	Raminhos									
41		Casca								
42		Entrecasco								
43		Lenho								
50	Ramos									
51		Casca								
52		Entrecasco								
53		Lenho								
60	Tronco									
61		Casca								
62		Entrecasco								
63		Lenho								
70	Raiz									

Danos

Cádina		D.4.1	NOS								
Código 1000	DANOS Destruição completa										
1100	Supressão completa										
1200	1	Morte									
2000	Destruição parcial										
2100	ĺ	Supressão parcial dos órgãos									
2110]		Esqueletizados (folhas)								
2120			Roídos								
2130			Cortados								
2140			Só com a nervura principal	I (folhas)							
2200		Orifícios / Perfurações									
2210	_		Circulares	A44 4 mm							
2211				Até 4 mm							
2212			Claramente ovais	Superior a 4 mm							
2230	_		Ovais de contornos assime	Stricos							
2300	_	Galerias	Ovais de contornos assime	Stricos							
2310	+	Guichas	Irregulares								
2320			Lineares								
2330	1		Em estrela								
2400	1	Necroses									
2410			Uniforme								
2420	1		Pontos								
2430			Manchas								
2440			Pontos e manchas								
3000	Deformação dos teci	dos									
3100		Galhas									
3200		Tumores / cancro									
3300		Engrossamentos Distorções									
3400											
3500	D	Vassoura de bruxa									
4000	Descoloração / altera	ação da cor dos tecidos	Uniforme								
4010			Pontos								
4020	-		Manchas								
4040	+		Pontos e manchas								
5000	Alteração da estrutui										
5010]	Casca solta									
5020	1	Casca com fissura / fendilhada	a								
5030		Folhas enroladas / encarquilha	adas								
5040	1	Microfilia das folhas									
6000	Outros indícios										
6100		Serrim									
6110			Claro								
6120			Escuro								
6200	1	Exsudado									
6210	1		Em gotas								
6220			Em pequenas placas								
6230	+		Em massa								
	4		Liii iiidoda	Com orificio							
6231	ļ			Com orifício							
6232	I			Sem orifício							
6300		Ninhos de protecção									
6400		Novelos de fibras em câmaras	s ovais								

Localização

Código	LOCALIZAÇÃO										
100	Em toda a árvore										
200	Na zona da copa										
210		Sem localização específica									
220		Terço superior da copa									
230		Terço médio da copa									
240		Terço inferior da copa									
300	Na zona do tronco										
310		Sem localização específica									
320		Zona média									
330		Junto ao colo									
400	Na zona das raízes										

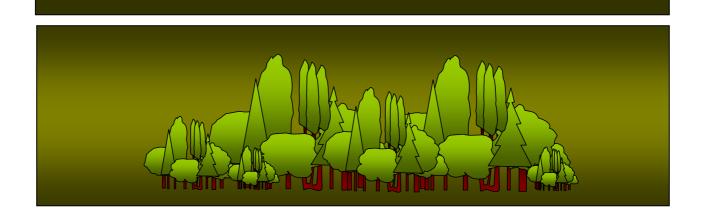
Agentes Bióticos e/ou Abióticos

Código		PRESENÇA DE AGENTES BIÓTICOS
000	Sem indícios	
100	Insectos	
110		Larvas
120		Pupas
130		Adultos
140		Posturas
200	Fungos	
210		Micélio
220		Rizomorfos
230		Estroma carbonáceo
240		Cirros de esporos
250		Frutificações
251		Carpóforos
252		Pontuações
253		Outras

ANEXO III.c

Ficha de recolha de material

FICHA DE RECOLHA DE						Projec	to	Parcel	a de ar	mostra	gem		Percurso					Da ^s dia	ta de O	bserva nês	ção ano				
MATERIAL									Ш				Ш	Tipo		P. adic	ional								
										CAR	ACTE	RIZAÇ	ÇÃO D	он о	SPED	EIRO									
	Espécie	DAP / CAP	AVO					zação	Presença de Agentes Nº da amostra					Fotografias n°s Identificação do agente Observações Fotografias n°s Esboço										•••••••	
L											С	ARAC	TERIZ	ZAÇÃ	0										
L			DC	LOC	AL										DO	POVO	AME	ОТИ							
							as.		원	/ha)				ento		ge s	_		Ge	stão		.s		o	
	Litologia	Profundidade	Topografia	Exposição	Altitude	Declive	Outras características	Composição	Vegetação sob-coberto	Densidade (nº de árv./ha)	Espécie florestal (*)	Origem	Estrutura	Estádio de desenvolvimento	Regime cultural	Distribuição das árvores	Estado fitossanitário	Madeira	Resina	Cortiça	Outra	Intervenções culturais	Despojos	Intervenções no solo	Incêndios florestais
																		_	_		_				
L	_																								



PLANO ESTRATÉGICO PARA RECOLHA DE INFORMAÇÃO SOBRE O ESTADO SANITÁRIO DAS FLORESTAS EM PORTUGAL CONTINENTAL

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA





INRB, I.P. Instituto Nacional dos Recursos Biológicos, I.P. Estação Florestal Nacional

